

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 21

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Regulamentado bônus de produtividade progressivo para auditores da Receita 3

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF, Receita e CGU vão investigar empresa que fez obra em presídio 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad quer limitar o custo com programa para eventos a R\$ 8 bi 5

A GAZETA - MACAPÁ - AP - GAZETILHA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de Renda 2024: Receita espera receber 43 milhões de declarações neste ano
..... 6

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Para tentar diminuir a fila..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Previ tem superávit de R\$ 14,5 bilhões em 2023 9

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Contas do setor público têm recorde de superávit 10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Sinal verde para INSS antecipar 13° 11

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS prorroga validade de concurso 13

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Mulher e sua vulnerabilidade no acesso à Previdência Social 14

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS liberará aposentadoria com perícia online 16

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Restituição do Imposto de Renda 2024 começa a ser paga em 31 de maio; confira o calendário
(Imposto de Renda) 17

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Motoristas de apps: entenda o projeto e veja argumentos a favor e contra - e qual o caminho
até virar lei 19

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nova cesta básica terá dez grupos de alimentos in natura 22

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

5 passos para sua empresa se preparar para o novo modelo fiscal 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Supermercados propõem itens com foco saudável para cesta básica isenta 25

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária é questão de gênero - OPINIÃO JURÍDICA 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Acordo com dívida de estados 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Para analistas, ano eleitoral testará regra fiscal 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Igualdade de gênero entra no debate do G20, de finanças e trabalho a mudanças climáticas
..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Grupo vai propor políticas de igualdade de gênero no G20 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Lula quer discutir com Congresso novos limites para gastos 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Maternidade pesa no emprego mesmo após 10 anos 38

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Estrago menor com El Nino puxa para baixo revisão do IPCA 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BCE deve iniciar corte de juro em junho, diz Lagarde 42

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Capitalização cresce e chega a R\$ 30 bi 43

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Moeda digital já vale toda a prata do mundo 45

Regulamentado bônus de produtividade progressivo para auditores da Receita

O governo federal publicou ontem decreto presidencial que formaliza a concessão de bônus progressivo para auditores fiscais da **Receita Federal**. A publicação da regulamentação estava sendo muito esperada pelos servidores para que pudessem encerrar de vez as paralisações que vinham afetando as atividades de fiscalização e **aduaneira** em portos e aeroportos e também os trabalhos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Os auditores iniciaram greve em novembro do ano passado para forçar o governo a rever a regulação do bônus de produtividade da categoria. No mês passado, depois de várias rodadas de negociação, os servidores aceitaram a proposta do Ministério da Fazenda e decidiram encerrar a greve, mantendo, porém, o estado de mobilização até que o decreto fosse formalizado, o que ocorreu na edição desta quinta-feira, 7, do Diário Oficial da União (DOU).

Pelo decreto, o pagamento escalonado do bônus começa com o valor de R\$ 4,5 mil para os meses de março a julho de 2024. Depois, sobe para R\$ 5 mil para os meses de agosto de 2024 a janeiro de 2025. Em seguida, será de R\$ 7 mil para os meses de fevereiro de 2025 a janeiro de 2026. E, por fim, chega a até R\$ 11,5 mil a partir de fevereiro de 2026.

O valor máximo só será alcançado se 100% da produtividade for atingida pelo servidor, com base em critérios que envolvem processos de regularização, conformidade e tempo de despacho aduaneiro, por exemplo. A partir de 2027, a correção será pela **inflação**.

A remuneração variável para auditores fiscais por desempenho tornou-se um direito da categoria em 2017, por meio de lei.

No entanto, apenas um valor fixo de R\$ 3 mil vinha sendo pago desde lá. Uma primeira regulamentação do bônus foi publicada em 2023. A versão não agradou aos auditores, que deram início a uma greve em novembro passado, forçando o governo a fazer uma nova proposta, finalmente aprovada pela categoria.

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

PF, Receita e CGU vão investigar empresa que fez obra em presídio

VINÍCIUS VALFRÉ

O secretário de Políticas Penais do Ministério da Justiça, André Garcia, pediu que a Polícia Federal, a **Receita Federal** e a Controladoria-Geral da União (CGU) abram investigações sobre a empresa contratada para obras de manutenção dentro da Penitenciária Federal de Mossoró (RN).

A solicitação é baseada na reportagem do Estadão que revelou que a R7 Facilities está em nome de um laranja que vive na periferia de Brasília e, mesmo assim, ganhou contrato para atuar dentro de presídio de segurança máxima.

Dois presos ligados ao Comando Vermelho fugiram da unidade no dia 14 e ainda não foram recapturados. Uma das suspeitas é a de que uma obra facilitou a fuga. O ofício cita possíveis crimes de falsidade ideológica e fraude em licitação. O documento com pedido de investigação também foi endereçado ao Ministério da Gestão.

RENOVAÇÃO. O secretário André Garcia destacou que a empresa em questão tem 25 contratos com diversos órgãos do governo federal e a investigação poderá subsidiar decisões de renovação ou não dos acordos.

"A solicitação consubstancia ato tido como essencial à salvaguarda da segurança jurídica indispensável à continuidade, salvo melhor juízo, dos contratos atualmente vigentes com a R7 e prosseguimento dos procedimentos de prorrogação contratual, nas hipóteses permitidas pela legislação", destacou.

O Estadão também revelou que a R7 integra um grupo de pelo menos 11 empresas que atuam em conjunto com suspeitas de fraude em concorrências. O grupo vem dominando licitações de terceirização e, desde 2021, acumula cerca de R\$ 1,5 bilhão em contratos.

Em nota, a R7 Facilities alegou que é "imprudente" e "preconceituoso" se referir ao homem que aparece, no papel, como dono da empresa como "laranja". E disse ter "histórico inquestionável de excelência na prestação de seus serviços".

R7 Facilities

'É preconceituoso e 'imprudente' se referir a dono da empresa no papel como 'laranja'

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad quer limitar o custo com programa para eventos a R\$ 8 bi

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

A proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para o Perse, o programa que concede benefícios tributários ao setor de eventos, prevê limitar a R\$ 8 bilhões a perda de arrecadação do governo com o benefício este ano.

O valor é praticamente a metade do que o governo deixou de arrecadar no ano passado com o programa (R\$ 13,18 bilhões) e também menos do que em 2022 (R\$ 10,83 bilhões), segundo documento elaborado pelo Ministério da Fazenda para fundamentar o debate com os deputados, ao qual o Estadão teve acesso. Nos últimos dois anos, segundo a pasta, o Perse custou R\$ 24,01 bilhões em renúncias tributárias.

O programa se transformou no mais novo cabo de guerra entre Haddad e a Câmara dos Deputados, em razão da iniciativa da Fazenda de extingui-lo sem negociar previamente com o Parlamento.

Por meio de uma medida provisória editada na véspera do Ano-Novo, o governo decretou o encerramento do Perse, alegando que a renúncia tributária superou, e muito, o previsto para o programa. Na ocasião, Haddad afirmou que a previsão era que a renúncia girasse em torno de R\$ 4 bilhões por ano durante os cinco anos de vigência do Perse (até 2027); mas que, em apenas dois anos, já tinha chegado ao montante total esperado de abatimento de **impostos**.

Pequenas empresas que fazem parte do Simples não puderam usufruir do benefício. Dessa forma, segundo a Fazenda, a redução no pagamento de **impostos** acabou beneficiando as grandes empresas. Haddad também chegou a dizer que a **Receita Federal** suspeitava que o programa estava abrindo a porta para a possibilidade de desvios, como lavagem de dinheiro.

Com a extinção do Perse, a Fazenda estimava arrecadar R\$ 8 bilhões neste ano, valor que seria usado para compensar parte da renúncia com a desoneração da folha de pagamentos.

Na última terça-feira, porém, Haddad teve de recuar.

Após reunião com líderes da Câmara na residência

oficial de Arthur Lira (PP-AL), o ministro disse que irá redesenhar a proposta e enviar um projeto de lei para o Congresso. Segundo ele, o PL deve propor uma versão "mais focada nos setores que mais precisam".

Assim, a Fazenda estuda limitar o custo do Perse aos R\$ 8 bilhões que estavam previstos de renúncia com a MP, mas o valor ainda está sendo negociado, segundo apurou o Estadão.

Receita menor Com a extinção do Perse, o Ministério da Fazenda estimava arrecadar R\$ 8 bilhões neste ano

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Imposto de Renda 2024: Receita espera receber 43 milhões de declarações neste ano

A Secretaria da **Receita Federal** informou nesta quarta-feira (6) que espera receber 43 milhões de declarações do Imposto de Renda 2024, ano-base 2023, neste ano.

As regras do IR foram divulgadas hoje pelo Fisco.

O número de declarações esperadas pelo Fisco teve aumento na comparação com o ano passado, quando foram recebidos 41,15 milhões de declarações - um recorde histórico.

A estimativa de receber mais declarações do IR neste ano acontece apesar da ampliação da faixa de isenção, de maio de 2023 em diante.

ENTENDA

A faixa de isenção foi ampliada de R\$ 1.903,98 - que vigorava desde 2015 - para R\$ 2.112 em maio do ano passado.

Além disso, foi fixado um desconto mensal de R\$ 528 direto na fonte. Ou seja, sobre o imposto que seria devido pelo empregado.

Com as medidas, o governo isentou quem ganhava até dois salários mínimos, o equivalente a R\$ 2.640, da cobrança do Imposto de Renda.

Segundo a **Receita Federal**, para quem recebe mais de dois salários mínimos, o desconto simplificado de R\$ 528 pode não valer a pena.

Isso porque muitos contribuintes têm direito a descontos maiores pela legislação atual (por conta da contribuição à **previdência social** ou dedução pelo número de dependentes, por exemplo). Nesse cenário, será abatido o total do desconto a que o contribuinte tem direito, não apenas os R\$ 528.

Esse detalhamento do que será abatido vai ser feito justamente na declaração do Imposto de Renda.

Neste ano, foi anunciada uma correção do salário mínimo e nova ampliação da faixa de isenção, mas esses valores só valem para a declaração do Imposto de Renda em 2025 (ano-base 2024).

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/wp->

***content/uploads/2024/03/Jornal-A-Gazeta-AP-07-03-
2024.pdf***

Para tentar diminuir a fila...

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) irá liberar benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por incapacidade permanente e BPC (Benefício de Prestação Continuada) com o uso de telemedicina - sistema que institui perícias médicas por consulta online.

A lista consta de portaria do Ministério da **Previdência Social** publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira e faz parte dos esforços do governo do presidente Lula para tentar diminuir a fila da perícia médica.

O projeto-piloto terá início pela região Nordeste, segundo o Ministério da Previdência, com exames agendados em locais sem perito médico a partir da próxima semana.

A meta do ministério é, até o fim deste semestre, desenvolver capacidade para realização de 50 mil teleperícias por mês.

Segundo a portaria, as consultas online serão implantadas em agências da **Previdência Social** onde o atendimento presencial é considerado "como de difícil provimento de peritos médicos", onde há tempo de espera elevado e nos postos onde a tecnologia permita as consultas online.

O novo sistema, possibilitado após sanção da lei de enfrentamento à fila, poderá ainda ser utilizado como um complemento à análise de documentos enviados pelo Atestmed.

O Atestmed, no entanto, é limitado.

Por se tratar do envio do atestado médico pela internet, não permite a liberação de benefícios como a aposentadoria por invalidez e o BPC, por exemplo, que exigem perícia presencial.

Especialistas em Previdência ouvidos pela Folha consideram a medida um avanço por permitir que segurados que moram em locais de difícil locomoção possam ser atendidos por perícias online, fazendo com que se diminua a fila de espera no **INSS** e também na Justiça.

"A perícia médica precisa ser modernizada.

Ela é hoje o grande entrave da Justiça, e um dos grandes temas é justamente o benefício por incapacidade", afirma a advogada Adriane Bramante,

especialista em Previdência. "É importante o avanço.

Abrir possibilidades e melhorar a perícia médica para que se diminua a judicialização, porque todo mundo perde com essa perícia bastante precária", diz.

Em nota, a Associação Nacional dos Médicos Peritos afirmou que a portaria é "mais uma das inúmeras "promessas de solução mágica" divulgadas pelo atual governo". A associação alega que a administração não tem tecnologia suficiente para implantar a teleperícia.

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-c0f48c8ab1b8e41d825d24714e851659.pdf

Previ tem superávit de R\$ 14,5 bilhões em 2023

CAPITAL RENNAN SETTI *rennan.setti@oglobo.com.br*

A Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, terminou 2023 com superávit acumulado de R\$ 14,5 bilhões, o melhor resultado em dez anos, segundo a fundação. A cifra se refere ao Plano 1, de benefício definido (BD), o maior e mais antigo da entidade, sendo composto quase que exclusivamente por aposentados e pensionistas.

O número considera o resultado obtido em 2023 (R\$ 9,8 bilhões), acrescido do superávit já registrado em 2022, de R\$ 4,7 bilhões. Em 2021, porém, a entidade registrou déficit de R\$ 900 milhões.

A Previ terminou 2023 com uma carteira total de ativos de R\$ 288,7 bilhões, o maior patrimônio entre os fundos de pensão. A segunda colocada, a Petros, dos funcionários da Petrobras, tinha R\$ 115 bilhões em outubro, segundo dados da Abrapp, associação do setor de **previdência complementar** fechada.

A Previ tem mais de 200 mil participantes, sendo 84,2 mil aposentados e 83,8 mil ativos, além de pensionistas. No ano passado, a entidade pagou R\$ 16,1 bilhões em benefícios.

-É o melhor resultado dos últimos dez anos, fruto de um trabalho de governança e solidez -observou o presidente da Previ, João Fukunaga.

RENDA FIXA E EXTERIOR

O outro plano da Previ, o Futuro, elevou seus ativos de R\$ 26,7 bilhões para R\$ 32,8 bilhões. Trata-se de um plano mais novo, composto majoritariamente por participantes da ativa, na modalidade contribuição variável (CV). Por esse modelo, o valor do benefício na hora da aposentadoria depende do desempenho dos investimentos ao longo da carreira.

O Plano 1 teve rentabilidade de 13,5% no ano passado, pouco maior que o CDI (13%) e acima da meta atuarial (8,6%), que é a taxa de rentabilidade a ser atingida para que o plano não tenha déficit.

Diferentemente de grande parte da indústria de fundos de pensão, esse plano da Previ tem uma fatia importante alocada em ações (32,6%), que rendeu 17% em 2023. Já a renda fixa, que é formada

sobretudo por títulos públicos atrelados à **inflação**, representa 58,3% do total e rendeu 11,2%. A maior rentabilidade veio de investimentos no exterior (24,3%), mas eles respondem por uma fatia mínima da carteira. Já a carteira de investimentos estruturados, como nos fundos multimercados, rendeu apenas 5,3%, ficando abaixo do CDI e da meta atuarial.

Segundo o diretor de Investimentos, Cláudio Gonçalves, não houve qualquer mudança significativa na carteira de ações da Previ, com exceção de um investimento no follow-on (oferta subsequente de ações) feito pela BRE

SUCESSÃO NA VALE

Uma das principais ações no portfólio da Previ é a da Vale, na qual o fundo detém fatia de mais de 8%. A mineradora enfrenta um conturbado processo sucessório, com o Conselho de Administração dividido sobre a recondução de Eduardo Bartolomeo ou a seleção de um novo CEO. A Previ tem dois assentos no Conselho da Vale e, na semana passada, enviou ofício à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedindo a publicação, de forma completa, da ata da última reunião.

- Nosso objetivo no pedido é a transparência dentro das nossas investidas - explicou Fernando Melgarejo, diretor de Participações. - Vamos reconhecer inteiramente a decisão do Conselho, desde que sejam cumpridos os ritos de governança.

Fukunaga, um dos conselheiros na Vale, lembra que a Previ está na mineradora desde 1997 e "busca a clareza": -Não é pouca coisa o que a Previ fez junto com a Mitsui e o Bradesco. Fomos um dos proponentes do modelo de Corporation (sem controlador e com ações pulverizadas).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Contas do setor público têm recorde de superávit

Após um resultado negativo em dezembro, as contas públicas fecharam o mês de janeiro com superávit primário recorde, de R\$ 102,1 bilhões. A informação foi divulgada ontem pelo Banco Central (BC).

O resultado primário reflete a diferença entre receitas e despesas do setor público consolidado (governo federal, Estados, municípios e estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras), antes do pagamento dos juros da dívida pública. Em dezembro, o déficit havia sido de R\$ 129,5 bilhões.

O saldo de janeiro, que foi o melhor para o mês na série histórica do BC, iniciada em 2001, foi composto por um superávit de R\$ 81,3 bilhões do governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e **INSS**). Os governos regionais (Estados e municípios) influenciaram o resultado positivamente com R\$ 22,5 bilhões. Enquanto os Estados registraram um superávit de R\$ 19,7 bilhões, os municípios tiveram resultado positivo de R\$ 2,8 bilhões. Já as estatais registraram déficit de R\$ 1,7 bilhão no mês.

Se observado o resultado nominal (que representa a diferença entre receitas e despesas após o pagamento dos juros da dívida pública), o superávit foi de R\$ 22,2 bilhões em janeiro.

Acumulado No acumulado de 12 meses, o setor público registrou um déficit de R\$ 245,9 bilhões. Em percentual do Produto Interno Bruto (**PIB**), isso é equivalente a 2,25%. Até dezembro, o déficit acumulado era de R\$ 249,124 bilhões (2,29%).

O resultado fiscal negativo em 12 meses é composto por um déficit de R\$ 262,6 bilhões do governo central e de R\$ 1,7 bilhão das estatais. Já os governos regionais apresentaram um saldo positivo de R\$ 18,4 bilhões no período - os Estados têm superávit de R\$ 29,9 bilhões e os municípios, déficit de R\$ 11,5 bilhões.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240308>

Sinal verde para INSS antecipar 13°

Gustavo Andrade

O Tesouro Nacional deu sinal verde para o Ministério da Previdência antecipar o pagamento do 13° do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O pagamento deverá ser pago em duas parcelas, nos meses de abril e maio. No Espírito Santo, são mais de 560 mil aposentados e pensionistas, segundo o Sindicato Nacional dos Aposentados no Espírito Santo (Sindnapi-ES).

O objetivo do governo é estimular a economia, com a injeção de R\$ 66 bilhões. Técnicos do governo disseram ao jornal O Globo que uma minuta do decreto com a antecipação já foi encaminhada ao Palácio do Planalto, faltando o aval do Tesouro Nacional, que confirmou a autorização com a seguinte nota: "O Tesouro emitiu manifestação não se opondo à minuta de decreto que propõe antecipação do pagamento do abono anual", afirmou a assessoria do órgão em nota.

Além de aposentados e pensionistas, recebem o abono segurados e dependentes da Previdência que, no ano passado, tenham recebido auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença), auxílio-acidente ou auxílio-reclusão.

Idosos e pessoas com deficiência de baixa renda - que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas), no valor de um salário mínimo (R\$ 1.412) - não têm direito à gratificação.

Tradicionalmente, o 13° era pago no segundo semestre de cada ano, sendo a primeira parcela paga entre agosto e setembro e a segunda entre novembro e dezembro.

No ano passado, porém, a antecipação ocorreu em maio/junho e junho/julho, tendo sido anunciada pelo governo com a publicação no Diário Oficial da União no fim de março de 2023. O calendário de pagamentos começa no mês corrente (cinco últimos dias úteis do mês de competência) e se estende até os cinco primeiros dias úteis do mês seguinte.

Em 2023, mais de 30 milhões de pessoas foram beneficiadas pelo adiantamento no País. Ao todo, o repasse da União foi de R\$ 62,6 bilhões. O pagamento do abono é feito junto com o depósito do benefício mensal.

O **INSS** informou em nota que a decisão sobre antecipação cabe ao governo federal, que encaminha a proposta aos ministérios da Fazenda e da **Previdência Social**.

"O **INSS** apenas executa o pagamento. Mas, até o momento, não há informação sobre antecipação do 13° salário", informou oficialmente o instituto no **comunicado**.

Procurado, o Ministério da **Previdência Social** repassou a mesma informação enviada pela assessoria do **INSS**.

O NÚMERO

560 mil

beneficiários do **INSS** no Estado

PRÉDIO do **INSS**, que informou caber ao governo federal decisão de antecipar pagamento: Planalto planeja estimular a economia com um total de R\$ 66 bi

Auxílio-doença liberado com pedido pelos Correios

Segurados do **INSS** que precisam requerer o benefício por incapacidade temporária (o antigo auxílio-doença) poderão em breve fazer o pedido e entregar o atestado médico em agências dos Correios.

A abertura do novo canal de atendimento faz parte da estratégia do órgão de ampliar o uso do Atestmed, sistema on-line que dispensa a perícia presencial.

O presidente do **INSS**, Alessandra Stefanutto, disse que o objetivo é conceder 100% dos benefícios por incapacidade por meio do Atestmed até 30 de abril.

Os testes devem começar com um piloto em Fortaleza a partir de 18 de março, mas a ideia é expandir o modelo para nível nacional.

Além disso, ontem o Ministério da **Previdência Social** publicou portaria que traz os casos em que exames médico-periciais poderão ser feitos por telemedicina.

O sistema poderá ser usado para requerimentos de aposentadoria por incapacidade permanente; auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença); Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa com deficiência; avaliação biopsicossocial da deficiência; e perícia médica de reavaliação.

SAIBA MAIS

Válido para afastamento por até 180 dias

Incapacidade temporária

OS PEDIDOS de benefícios por incapacidade temporária (auxílio-doença) poderão em breve ser feitos nas agências dos Correios. O projeto piloto será em Fortaleza, e a ideia é expandir o modelo para nível nacional.

ESSA MEDIDA valerá somente para Atestmed, que trata de auxílio-doença com afastamento de até 180 dias.

É UM BENEFÍCIO devido ao segurado do **INSS** que comprove, em perícia médica, estar incapacitado temporariamente o para o trabalho ou sua atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos em decorrência de doença ou acidente.

Principais requisitos

TER qualidade de segurado; comprovar, em perícia médica, a incapacidade para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 dias seguidos; e em regra, cumprir carência de 12 contribuições mensais.

SERÁ ISENTO de carência em caso de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho.

OU SE FOR acometido de alguma das seguintes doenças e afecções: tuberculose ativa; hanseníase; transtorno mental grave, desde que esteja

cursando com alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; Doença de Parkinson; espondilite anquilosante; ne-fropatia grave; estado avançado da doença de Paget;

E também Síndrome da deficiência imunológica adquirida (Aids); contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; hepatopatia grave; esclerose múltipla; acidente vascular encefálico (agudo); e abdome agudo cirúrgico.

Fonte: **INSS**.

INSS prorroga validade de concurso

O **INSS** prorrogou por mais um ano a validade do concurso público com mil vagas para o cargo de técnico do seguro social.

A seleção perderia o prazo no dia 4 de maio.

O instituto informou que os participantes do concurso, que aconteceu em 2022, devem acompanhar as atualizações sobre o assunto em seus canais oficiais.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Mulher e sua vulnerabilidade no acesso à Previdência Social

ANA TOLEDO

A cada encontro saudoso com a turma do colégio ou da faculdade é uma surpresa. A suposta homogeneidade da turma de mesma faixa etária reflete realidades muito distintas. Você certamente encontrará amigas muito envelhecidas, com marcas visíveis do passar do tempo, e, outras, surpreendentemente, jovens, com o mesmo peso e cabelo ainda natural. O processo do envelhecimento, sem dúvida, não é linear, é muito assimétrico e individual, como bem sabemos. No campo profissional também não é diferente, nem todos conseguem atender os padrões sociais que reclamam por uma vida bem-sucedida e exitosa.

Envelhecer mais ou menos depressa é reflexo de incontáveis fatores, tais como, o ambiente natural do indivíduo, passado e práticas, herança genética, alimentação, investimento em bons hábitos para a saúde, como exercícios e alimentação ou o contrário de tudo isso - uma vida regada a excessos. E, nesse processo, nos deparamos com o gênero humano ímpar, o gênero feminino, que em todo mundo, vive, aproximadamente, em torno de 5 a 7 anos a mais do que os homens.

A justificar tal fato, podemos citar também a existência de fatores genéticos. Os hormônios femininos que funcionariam como proteção, a própria menstruação feminina que propicia a eliminação de elementos oxidantes e muitas outras justificativas da genética e até da ficção.

No Brasil não é diferente. A maioria viva da população brasileira é composta por mulheres e é sobre estas mulheres, bem como, seus reflexos previdenciários pelo tempo.

É urgente tecer aqui algumas considerações, no entorno desta personagem, que é o verdadeiro sexo forte e ainda pouco valorizada, figurando em estatísticas assustadoras, podendo com pesar, ser melhor traduzida, como o gênero da desigualdade.

A reforma da **Previdência Social**, ocorrida em 2019, evidenciou ainda mais este fato, sendo muito prejudicial para a grande maioria dos brasileiros, de um modo geral, mas certamente as mulheres são a clientela mais prejudicada e muitos dados divulgados

pelo governo, que embasaram ou justificaram a reforma, não refletem nem de longe a realidade experimentada pelas mulheres brasileiras, que desaguará em uma velhice, ainda mais desigual, como se assiste.

Inicialmente, o Governo Federal pretendeu, na aludida reforma na Previdência, promover a equiparação da idade entre homens e mulheres para pleito de benefícios a partir de 65 anos. Como justificativa, o governo baseou-se em um levantamento feito em 2013 pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), em dezembro daquele ano, que revelou que as mulheres já representavam cerca de 56,2% dos benefícios ativos no Regime Geral de Previdência brasileira.

Enaltecendo, assim, sua vertiginosa participação progressiva no mercado de trabalho de 2000 a 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados que não refletem a verdade real destas mulheres, tanto social, quanto atuarial. O aludido censo de 2010, acenava para uma equiparação, quando na verdade as mulheres ainda recebem os menores salários, mesmo desempenhando a mesma função, dentre outras situações, não abordadas.

Para finalizar, de acordo com dados fornecidos pelo **INSS** atualizados até 31/07/2015, cerca de 62,4% dos benefícios pagos pelo Instituto são iguais ou inferiores a um salário-mínimo, e, neste universo, encontram-se as aposentadorias por idade.

Como noticiado pela mídia, as mulheres são as "campeãs" das aposentadorias por idade, contudo, não contam que são benefícios no valor de um salário-mínimo, sendo que mais de 70%, nesta mesma pesquisa, encontram-se as aposentadorias por tempo de contribuição, pertencentes a clientela masculina, contra pouco mais de 20% pagos às mulheres. Uma gritante diferença salarial do valor destas aposentadorias entre ambos.

Desse modo, este "crescimento" da mulher, aos olhos da Previdência, deveria ter sido melhor analisado e sopesado.

Apesar do aumento expressivo de mulheres beneficiárias da **Previdência Social** brasileira, a

diferença nas espécies de benefícios, bem como nos valores recebidos pelas mesmas, reflete apenas o tratamento desigual no ambiente de trabalho ao longo da história.

Muitas mulheres, por inúmeras razões, ainda demoram mais a ingressar no mercado, principalmente, as mais carentes e vulneráveis, gestoras de lares, com trabalhos precários. E possuem inúmeras dificuldades em contribuir financeiramente para a **Previdência Social**, vivendo na informalidade.

E não podemos deixar de mencionar as pensões. Mais de 80% desta espécie de benefício são pagos para mulheres, que evidentemente refletem os salários empreendidos por seus maridos, que, em geral, são mais velhos, por isso vivem menos, além de outros fatores.

E no cenário atual, após a reforma, em caso de morte dos cônjuges, as mulheres sem filhos menores passaram a receber a título de pensão apenas 60% do valor da aposentadoria do falecido. O que vulnera sobremaneira a mulher idosa, que uma vez viúva, nesta faixa etária, certamente estará fora do mercado de trabalho, dependendo exclusivamente do então salário do esposo/ companheiro, para sobreviver.

Como se vê, a redução do valor deste benefício previdenciário contribui para o aumento da desproteção social da mulher brasileira.

O grande desafio é o acesso das mulheres às contribuições sociais, que se dá pelo exercício de atividade remunerada.

Então, é necessário combater o exercício do trabalho informal, os baixos salários, em comparação a clientela masculina e a dupla jornada.

Muito por isso, seria impossível se promover uma equiparação previdenciária, entre homens e mulheres.

Além das demais alterações na sistemática de pagamento dos benefícios, diminuindo o valor destes, com base em dados não fidedignos com a realidade, calcados na expectativa de vida feminina e no simples fato de ser detentora de um maior número de benefícios, genericamente analisados. Tal interpretação, errônea, fere o escopo da seguridade que é a proteção social.

Decorridos, quase cinco anos, pode-se concluir que a reforma da Previdência brasileira, serviu para ampliar esta situação de desigualdade, revelando de maneira solar a gritante diferença atuarial entre os gêneros.

É inegável e urgente que sejam tomadas medidas de

ajustes diante desta realidade do envelhecimento da população.

Porém, deverá ocorrer de forma gradual e justa e com vários olhares diante de tantas realidades. E, não somente no campo da previdência, mas do mercado de trabalho, para não criarmos um abismo de desigualdade ainda maior no futuro.

ANA TOLEDO ADVOGADA ESPECIALISTA EM DIREITO PÚBLICO E **SEGURIDADE SOCIAL** E SÓCIA DO ESCRITÓRIO AC TOLEDO ADVOCACIA

Site: <https://online.fliphtml5.com/fyhxk/fxag/#p=1>

INSS liberará aposentadoria com perícia online

FOLHA DE S. PAULO

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) irá liberar benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por incapacidade permanente e BPC (Benefício de Prestação Continuada) com o uso de telemedicina - sistema que institui perícias médicas por consulta online.

A lista consta de portaria do Ministério da **Previdência Social** publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (7) e faz parte dos esforços do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para tentar diminuir a fila da perícia médica.

O projeto-piloto terá início pela região Nordeste, segundo o Ministério da Previdência, com exames agendados em locais sem perito médico a partir da próxima semana. A meta do ministério é, até o fim deste semestre, desenvolver capacidade para realização de 50 mil teleperícias por mês.

Segundo a portaria, as consultas online serão implantadas em agências da **Previdência Social** onde o atendimento presencial é considerado "como de difícil provimento de peritos médicos", onde há tempo de espera elevado e nos postos onde a tecnologia permita as consultas online.

O novo sistema, possibilitado após sanção da lei de enfrentamento à fila, poderá ainda ser utilizado como um complemento à análise de documentos enviados pelo Atestmed.

O Atestmed, no entanto, é limitado. Por se tratar do envio do atestado médico pela internet, não permite a liberação de benefícios como a aposentadoria por invalidez e o BPC, por exemplo, que exigem perícia presencial.

Especialistas em Previdência ouvidos pela Folha consideram a medida um avanço por permitir que segurados que moram em locais de difícil locomoção possam ser atendidos por perícias online, fazendo com que se diminua a fila de espera no **INSS** e também na Justiça.

"A perícia médica precisa ser modernizada. Ela é hoje o grande entrave da Justiça, e um dos grandes temas é justamente o benefício por incapacidade", afirma a

advogada Adriane Bramente, especialista em Previdência e representante do conselho consultivo do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário).

"É importante o avanço. Abrir possibilidades e melhorar a perícia médica para que se diminua a judicialização, porque todo mundo perde com essa perícia bastante precária", diz.

Restituição do Imposto de Renda 2024 começa a ser paga em 31 de maio; confira o calendário (Imposto de Renda)

O primeiro lote de restituição do Imposto de Renda 2024 será pago aos contribuintes no dia 31 de maio. O calendário de liberação inclui cinco lotes, de maio a setembro.

O prazo para declarar o IR vai de 15 de março a 31 de maio. Quem é obrigado a prestar contas e atrasa paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano. Neste ano, são esperadas 43 milhões de declarações.

A Receita alterou as regras que obrigam o cidadão a declarar. O motivo é a atualização da tabela do Imposto de Renda feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no ano passado.

É obrigado a declarar o IR em 2024 quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 no ano passado, o que dá R\$ 2.553,33 por mês. São rendimentos tributáveis salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos, por exemplo. O limite utilizado até 2023 foi R\$ 28.559,70.

Contribuintes que receberam rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil ou que tinham, em 31 de dezembro de 2023, bens e direitos a partir de R\$ 800 mil também terão de prestar contas. Antes, esses limites eram de R\$ 40 mil e R\$ 300 mil, respectivamente.

VEJA O CALENDÁRIO DE RESTITUIÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA 2024

A restituição é paga primeiro aos cidadãos que atendem prioridades legais. Fazem parte da fila de prioridades idosos a partir de 60 anos, pessoas com deficiência, doentes graves e profissionais cuja maior fonte de renda é o magistério.

Contribuintes que entregarem a declaração pré-preenchida ou optam por receber a restituição por Pix também são prioritários desde 2023.

Segundo a Receita, quando há empate nos grupos prioritários, o contribuinte que entregou a declaração do IR primeiro vai receber antes dos demais.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

A restituição do Imposto de Renda é a devolução do valor de imposto pago a mais pelo contribuinte durante o ano-calendário que, neste caso, é o ano de 2023. Os cálculos para saber se há imposto a restituir, se o saldo é zerado, ou se é necessário pagar IR são feitos pelo próprio programa de preenchimento e envio da declaração.

Os valores são pagos por lotes. A data de recebimento vai depender se o contribuinte é prioritário ou não e de quando entregou a declaração. A correção dos valores é feita com base na taxa básica de juros da economia, a Selic.

A restituição é depositada em conta-corrente, poupança ou conta de pagamento no nome e CPF do declarante. Desde 2022, também é possível receber por Pix, desde que a chave seja o CPF do titular.

Quando há erros que levam à malha fina, o contribuinte fica com a declaração retida e não recebe a restituição até que corrija o erro e sai da malha.

A consulta é feita pela internet, no site da **Receita Federal**. O contribuinte precisa informar o número do CPF, a data de nascimento e os dados solicitados na tela.

Por essa consulta mais simples, o sistema não informa o valor da restituição, mas para quem entrar no lote aparecerá que o pagamento será feito, a data do depósito e a forma indicada pelo contribuinte para recebimento, se conta bancária ou Pix.

Entre no site da Receita (www.gov.br/receitafederal) e clique no quadro onde se lê "Imposto de Renda"

Vá em " Consultar a Restituição "

Informe o CPF, a data de nascimento e o ano-exercício, que no caso é 2023

Por fim, marque o captcha sinalizando que é humano e clique em "Consultar"

Para quem não tem conta Gov.br no aplicativo da **Receita Federal**:

A consulta feita pelo Portal e-CAC , que é o Centro de Atendimento Virtual do fisco, é mais completa. Para isso, é preciso ter senha gov.br nível prata ou ouro. Veja o que fazer:

É obrigado a declarar o Imposto de Renda em 2024 o contribuinte que:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 30.639,90 , o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos; em anos anteriores, o limite utilizado foi a partir de R\$ 28.559,70

Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil

Obteve em qualquer mês ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto (valores até R\$ 20 mil são isentos)

Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 153.199,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2023 ou de anos anteriores

Passou a morar no Brasil em qualquer mês de 2023 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

É titular de trust e demais contratos regidos por lei

estrangeira

Optar por atualizar bens e direitos no exterior pelo valor de mercado de dezembro de 2023, desde que pague 8% de ganho de capital

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/restituicao-do-imposto-de-renda-2024-comeca-a-ser-paga-em-31-de-maio-confira-o-calendario.shtml>

Motoristas de apps: entenda o projeto e veja argumentos a favor e contra - e qual o caminho até virar lei

Por André Catto, g1

Apresentado pelo governo federal após um ano de negociações, o projeto de lei que cria direitos trabalhistas para motoristas de aplicativos foi recebido com uma série de críticas por grupos que representam a classe.

Nesta reportagem, você vai entender:

Os principais pontos da proposta As justificativas apresentadas pelo governo O que dizem os representantes contrários ao projeto Os possíveis reflexos nos preços das corridas A tramitação do projeto, que passará por Câmara e no Senado Julgamento no STF

Os principais pontos da proposta

A proposta foi enviada na última segunda-feira (4) pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Congresso Nacional. A ideia, conforme disse o presidente durante a cerimônia de apresentação da proposta, é manter a "autonomia" dos motoristas com um "mínimo de garantia" trabalhista.

Os pontos mais importantes do projeto são os seguintes:

?? jornada de trabalho de 8 horas diárias (podendo chegar a 12 horas se houver acordo coletivo); ?? motorista que cumprir 8 horas diárias não poderá receber menos do que R\$ 1.412; ?? criação da categoria trabalhador autônomo por plataforma ; ?? mulheres terão acesso a direitos previdenciários previstos no Auxílio Maternidade; ?? o motorista poderá escolher quando trabalhar e não haverá vínculo de exclusividade; ?? haverá um sindicato da categoria; ?? transparência sobre as regras de oferta de viagens; ?? deverá ter remuneração mínima mais o ganho variável com as corridas; ?? a hora trabalhada deverá ter valor mínimo de R\$ 32,09.

Além disso, as novas regras não significam vínculo de trabalho entre os motoristas e os aplicativos. Então, eles não estarão enquadrados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Essa é uma demanda da categoria porque elimina a possibilidade de trabalho exclusivo para uma só plataforma.

As justificativas apresentadas pelo governo

O governo diz que os trabalhadores são unânimes na reivindicação por direitos, pois não possuem salário mínimo e benefícios trabalhistas, estão sujeitos a jornadas extensas de trabalho e não têm cobertura previdenciária em casos de afastamentos por doença.

Caso o projeto seja aprovado pelo Congresso Nacional, os motoristas entram na categoria trabalhador autônomo por plataforma e todos os direitos propostos pelo governo passam a valer.

Por outro lado, os motoristas passam também a contribuir com o **INSS**, para que estejam segurados pela **Previdência Social**. As empresas também terão que contribuir com um percentual para cada trabalhador.

Veja o modelo abaixo.

Os motoristas deverão recolher 7,5% de contribuição; As empresas que comandam os apps, 20% de contribuição.

O governo calcula arrecadar quase R\$ 280 milhões para a Previdência. Para especialistas ouvidos pelo g1, a contribuição pode aumentar o preço das corridas, já que motoristas e empresas não estarão dispostas a incorporar o gasto a mais com **impostos**. (saiba mais abaixo)

O que dizem os representantes contrários ao projeto

A proposta apresentada pelo governo dividiu inclusive representantes da categoria. Apesar da presença de sindicatos e representantes das empresas no grupo de trabalho que formatou o projeto, associações reclamaram de exclusão nos debates.

Questionamos o governo: por que apenas os sindicatos foram chamados, sendo que eles não

representam a classe dos motoristas? (...) Agora, as associações estão trabalhando no Congresso para alterar o texto , disse Eduardo Lima de Souza, presidente da Associação dos Motoristas de Aplicativos de São Paulo (Amasp).

Pelo menos três principais pontos são fortemente criticados.

?? Jornada de trabalho

Motoristas e representantes críticos ao projeto afirmam que a delimitação de uma jornada de trabalho representa perda de autonomia.

A Amasp diz que os profissionais que atuam em apps de transporte podem trabalhar por 12 horas em cada empresa, de acordo com as regras atuais. Uma limitação da carga, portanto, reduziria a margem para aqueles que precisam trabalhar mais.

A categoria se preocupa com a necessidade de acordo coletivo para que se cumpra mais do que as 8 horas definidas pelo governo. Pela regra, motorista que cumprir a jornada básica diária não poderá receber menos do que R\$ 1.412. Mas dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que os motoristas de app tiveram renda média de R\$ 2.454 em 2022.

?? Pagamento mínimo por hora

A avaliação de representantes dos motoristas é de que o montante final de R\$ 32,09 por hora proposto pelo governo não cobre os custos com gasolina e manutenção do carro.

Segundo o projeto, o valor foi pensado para dois quesitos principais: R\$ 24,07 para cobrir gastos com internet do celular, combustível, manutenção do veículo, seguro e **impostos**. Já os R\$ 8,02 restantes seriam uma remuneração correspondente a 25% da hora trabalhada.

O receio também é que a mudança possa abrir brecha para que as empresas diminuam os valores repassados aos motoristas pelas corridas, seguindo a política de valor mínimo na lei.

Quando a categoria for criticar a empresa por conta do repasse, vão justificar que estão cumprindo com a obrigação , supõe o presidente da Amasp, Eduardo de Souza.

Hoje, os motoristas não têm clareza das políticas de repasse, e estão sujeitos a critérios estabelecidos pelas empresas do quanto serão remunerados. Por isso, há o temor de que um valor abaixo do que o

necessário, estabelecido em lei, vire um argumento para repasses menores.

?? **Previdência Social**

Motoristas também reclamam do valor da contribuição previdenciária estabelecida no projeto, de 7,5%. O argumento é que a medida tira o direito de escolha sobre o formato de contribuição.

Muitos motoristas optam, por exemplo, por se tornarem MEIs (Microempreendedores Individuais) e seguirem as regras da modalidade. Atualmente, a contribuição mensal para o MEI é de R\$ 70,60.

É por meio do pagamento em dia dessa contribuição mensal que o MEI garante benefícios previdenciários como aposentadoria por idade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão, pensão por morte e salário-maternidade.

O MEI abre oportunidade para comprarmos veículos novos com desconto, por conta do CNPJ, além de garantir créditos em postos de combustíveis e peças com valor mais baixo. Se o motorista precisar do benefício, vai receber um salário mínimo, que é a mesma proposta do governo, mas pagando muito menos , afirma o presidente da Amasp.

Em um vídeo publicado nesta quarta-feira (6) nas redes sociais do Ministério do Trabalho, o secretário-executivo da pasta, Francisco Macena, tratou sobre o tema. De acordo com ele, o objetivo da medida é assegurar o direito previdenciário .

Os trabalhadores vão fazer uma contribuição com base no salário mínimo, que é de R\$ 8 por hora. Então, eles vão contribuir com 7,5% sobre R\$ 8, que dá R\$ 0,60. E as empresas, 20% sobre R\$ 8, que vai dar R\$ 1,60 , afirmou.

Sobre os três pontos acima, o Ministério do Trabalho e a Presidência foram procurados pelo g1 para comentar as críticas recebidas, mas também não se manifestaram.

O g1 também procurou a 99 e a Uber para comentário. Até a última atualização desta reportagem, a 99 não respondeu.

Em nota, a Uber disse apenas que o projeto amplia as proteções desta nova forma de trabalho sem prejuízo da flexibilidade e autonomia e que está à disposição do Congresso para contribuir com o diálogo e o entendimento que serão cruciais nas próximas etapas até a implementação da nova legislação .

Os possíveis reflexos nos preços das corridas

O novo modelo de contribuição com a Previdência também gerou preocupação a respeito do preço do serviço de transporte por apps.

Segundo o advogado Gabriel de Britto Silva, especializado em direito empresarial, o aumento da despesa das empresas com o **INSS** tende a ser repassado aos clientes.

Considerando que as empresas vão arcar com parte dos custos relativos às contribuições dos motoristas ao **INSS**, não há como imaginar que tais valores serão retirados da margem de lucro , afirma.

Francisco Macena, do Ministério do Trabalho, afirma em vídeo publicado nas redes que o valor acrescentado por hora de viagem poderá ser de R\$ 2,20.

Suponhamos que você faça uma viagem de 30 minutos, que é muito acima da média. Você pagaria apenas R\$ 1,10. Agora, acredito que nem isso vai pagar, porque é um valor muito pequeno e totalmente possível que as empresas incorporem , disse.

Procuradas, tanto 99 como Uber não comentaram a questão.

Projeto passará pela Câmara e pelo Senado

Para virar lei, o projeto ainda precisa ser aprovado em dois turnos na Câmara dos Deputados e no Senado. O texto vai ser discutido em comissões e, no meio do caminho, pode ser alterado.

Como o projeto foi enviado ao Congresso com urgência constitucional, se não for votado em 45 dias, passará a trancar a pauta da Câmara.

Julgamento no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) também analisa uma ação que discute se uma motorista de aplicativo tem vínculo de trabalho com a plataforma.

A decisão sobre o tema foi dividida em duas etapas:

Primeira: se o entendimento a ser firmado tem a chamada repercussão geral (ou seja, se valerá para todas as instâncias da Justiça);Segunda: se efetivamente há o vínculo de trabalho.

Na última sexta-feira (1º), o STF decidiu por unanimidade pela repercussão geral. Isto é, o futuro entendimento a ser firmado pela Corte sobre o tema deverá ser seguido por todas as demais instâncias da Justiça em todos os processos semelhantes.

Tomada a decisão sobre a repercussão geral, o relator do caso, ministro Luiz Edson Fachin, pode determinar providências como realizar audiências públicas ou suspender processos que tratam do tema no Poder Judiciário até que o plenário do STF julgue o mérito do assunto.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/08/motoristas-de-apps-entenda-o-projeto-e-veja-argumentos-a-favor-e-contra-e-qual-o-caminho-ate-virar-lei.ghml>

Nova cesta básica terá dez grupos de alimentos in natura

Após a assinatura do decreto n.º 11.936/2024, que prevê uma cesta básica com mais alimentos in natura, regionais e menos processados, o Governo Federal divulgou ontem (7) a lista dos itens que irão compor a nova cesta básica.

Nesta composição terá alimentos de dez grupos diferentes: feijões (leguminosas); cereais; raízes e tubérculos; legumes e verduras; frutas; castanhas e nozes (oleaginosas); carnes e ovos; leites e queijos; açúcares, sal, óleo e gorduras; café, chá, mate e especiarias.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, que coordenou a elaboração da lista, o intuito é evitar a ingestão de alimentos ultraprocessados, que, conforme apontam evidências científicas, aumentam a prevalência de doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade, hipertensão e diversos tipos de câncer".

Fome

Segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PenSSAN), em 2022, mais de 33 milhões de brasileiros passavam fome e acima de 125 milhões não tinham acesso regular à alimentação adequada.

Supermercados

O setor de supermercados vai propor que a composição da nova cesta básica nacional - que, pela **reforma tributária** promulgada no fim do ano passado, terá 100% de isenção de **tributos** federais - tenha foco em uma "alimentação saudável e nutricionalmente adequada".

Para o segmento, a cesta não pode ser vista como "cesta mínima", mas sim ter uma gama diversificada de produtos.

Disputa

Em minuta que será apresentada ao grupo de trabalho responsável pela regulamentação da cesta, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) sugere 17 categorias de alimentos.

Os itens que irão compor a lista ficaram pendentes

para definição nesta fase de regulamentação, o que tem provocado uma disputa entre setores e entidades empresariais nos bastidores do Congresso Nacional.

O setor do agronegócio, por exemplo, já apresentou a sua proposta com mais de 40 itens. O texto da **reforma tributária** estabelece que a nova cesta básica nacional "considerará a diversidade regional e cultural da alimentação do País e garantirá a alimentação saudável e nutricionalmente adequada".

ALIMENTOS QUE COMPÕEM A NOVA CESTA BÁSICA: Feijões (leguminosas) Cereais Raízes e tubérculos Legumes e verduras Frutas Castanhas e nozes (oleaginosas) Carnes e ovos Leites e queijos Açúcares, sal, óleos e gorduras Café, chá, mate e especiarias

Site: <https://online.fliphtml5.com/fyhxk/fxag/#p=1>

5 passos para sua empresa se preparar para o novo modelo fiscal

No final do ano passado, a **Reforma Tributária** foi finalmente aprovada após uma série de discussões. Do lado das empresas, elas devem se organizar para que consigam tanto acompanhar as novidades e detalhes que virão a partir da regulamentação da reforma, quanto se prepararem para a transição de modelo.

"Chegou a hora dos empresários se organizarem para enfrentar este momento tão aguardado, focando nas alterações futuras, mas tendo os dados do passado como o seu maior aliado. Focar os esforços no futuro, sem esquecer de olhar o retrovisor será imprescindível", avalia Trícia Braga, diretora sênior de **tributos** e estratégia da Avalara.

A proposta substitui cinco **tributos** - PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI - por um IVA (imposto sobre valor agregado) Dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), subnacional (de estados e municípios).

Após essa promulgação, que aconteceu em dezembro de 2023, o Congresso tem até 180 dias para aprovar as leis complementares.

"Através dessa regulamentação é que o cenário tributário brasileiro ficará mais claro para os contribuintes, porém muitas empresas já podem se antecipar para que possam estar preparadas em meio a tantas mudanças importantes que ocorrerão", diz ela.

Arrumar a casa

Ter ciência e confiança em todos os dados fiscais da empresa será mandatório para uma transição assertiva. A gestão fiscal começa na composição dos dados, para que a origem das informações seja confiável.

"Considero este o passo mais importante quando estamos nos preparando para o novo momento tributário, afinal, a base tem que ser sólida e robusta para o que está por vir. Caso contrário, todas as avaliações de cenários futuros estarão comprometidas e podem levar à tomada de decisões totalmente equivocadas. Agora é o momento pertinente para as empresas avaliarem seus dados mestres e fiscais",

explica Trícia.

Compliance Fiscal

Evitar possíveis penalidades e multas por descumprimento da lei é o principal propósito do compliance tributário. Não apenas estar em linha com as novas normas implementadas, a empresa deve também pensar em manter uma gestão eficiente de dados para mitigação de riscos futuros.

Não basta ter todos os dados fiscais compilados. Eles devem estar corretos e refletir com fidelidade toda a legislação vigente na data da ocorrência da operação. Eles serão essenciais para a mensuração adequada do novo modelo.

Retificar, caso necessário

Corrigir os erros do passado para poder seguir em conformidade com as novas leis é fundamental neste processo.

"Este passo é relevante, pois ele vai auxiliar no gerenciamento real dos **tributos** futuros. E para quem tem receio de pagar um valor alto na retificação, é importante saber que ele poderá ser muito menor do que a incorreta mensuração do novo padrão tributário para a realidade da empresa, sinaliza a executiva da Avalara.

Cálculo diário atualizado

Trabalhar com informações diárias atualizadas. O gestor da empresa tem que estar atento às alterações realizadas ao longo do ano, ou seja, confirmar se está levando em consideração o aumento de alíquotas que já foi aplicado neste ano de 2024 e qual será a correlação deste cenário para o novo modelo na correta precificação.

Atenção ao cronograma

Os novos **tributos** devem entrar em vigor a partir de 2026, embora exista um período de transição para a completa implantação. O prazo total é de sete anos, finalizando em 2032. A partir de 2033, os **tributos** atuais serão extintos e passará a valer a unificação.

Portanto, o prazo é extremamente curto para todas as

empresas e deve ser utilizado da melhor maneira possível.

Vale ressaltar que estes 5 passos podem ser implementados independentemente de qualquer regulamentação dos textos da **Reforma Tributária** e funcionam como preparação para o que está por vir. Falar em revisão de processos, criação de novas equipes, mudanças de ERPs ou soluções fiscais e até mesmo de cálculo dos impactos do novo cenário fiscal, será totalmente em vão se estes passos não tiverem sido concluídos.

(*) HOMEWORK inspira transformação no mundo do trabalho, nos negócios, na sociedade. É criação da Compasso, agência de conteúdo e conexão.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/5-passos-para-sua-empresa-se-preparar-para-o-novo-modelo-fiscal,9241107f25c5028b66eef53b7478728b89guxs7c.htm>

I

Supermercados propõem itens com foco saudável para cesta básica isenta

MARIANA CARNEIRO ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA

O setor de supermercados vai propor que a composição da nova cesta básica nacional - que, pela **reforma tributária** promulgada no fim do ano passado, terá 100% de isenção de **tributos** federais - tenha foco em uma "alimentação saudável e nutricionalmente adequada".

Para o segmento, a cesta não pode ser vista como "cesta mínima", mas sim ter uma gama diversificada de produtos.

Em minuta que será apresentada ao grupo de trabalho responsável pela regulamentação da cesta, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) sugere 17 categorias de alimentos, incluindo carnes, ovos, laticínios, frutas, legumes, vegetais, farinhas e massas alimentícias.

Dentro de cada categoria, será sugerida uma gama de itens - em carnes, por exemplo, carnes de boi, frango e porco.

Os itens que irão compor a lista ficaram pendentes para definição nesta fase de regulamentação, o que tem provocado uma disputa entre setores e entidades empresariais nos bastidores do Congresso Nacional.

O setor do agronegócio, por exemplo, já apresentou a sua proposta com mais de 40 itens.

O texto da **reforma tributária** estabelece que a nova cesta básica nacional "considerará a diversidade regional e cultural da alimentação do País e garantirá a alimentação saudável e nutricionalmente adequada".

"A cesta básica nacional não é, nem pode jamais vir a ser definida, como uma cesta mínima, como mera recomposição energética de um trabalhador, mas como a expressão da satisfação de qualquer cidadão, suficientemente rica e diversificada para um país que se apresenta como celeiro do mundo", diz João Galassi, presidente da Abras.

Em novembro, a entidade defendera uma cesta básica com 25 itens. Durante a primeira votação na Câmara, a associação havia proposto uma lista maior, com 38 produtos, que contemplava também itens de higiene e limpeza - mas essas categorias agora foram incluídas

na alíquota reduzida do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com desconto de 60% em relação à alíquota-padrão.

GOVERNO SE ANTECIPA. O foco no aspecto saudável dos itens vai ao encontro de um decreto editado pelo governo na terça-feira, que instituiu uma cesta básica de alimentos saudáveis no País. Foram definidas dez categorias, como feijões (leguminosas), cereais e legumes e verduras.

O decreto diz que a adaptação da nova cesta "para ações, políticas e programas de natureza tributária, inclusive a devolução de **tributos** às pessoas físicas, deverá considerar seu impacto fiscal e distributivo, com vistas a ampliar a progressividade das políticas públicas e a reduzir as desigualdades de renda".

Conforme apurou o Estadão, o decreto não foi bem-recebido, por ter sido visto como uma forma de atravessar o trabalho da regulamentação sobre a definição dos itens da cesta, bem como por dar margem a uma possível taxaço de produtos ultraprocessados.

Depois de definida pelo grupo de trabalho, a lista terá de passar pela Comissão de Sistematização - responsável por coordenar os grupos, com representantes de União, Estados e municípios - e pelo aval político do governo.

A proposta da Abras defende ainda que "alimentos com alguma ressalva nutricional por terem adição de gorduras, sódio, álcool ou outra modificação química" - e que, portanto, não entrem na cesta isenta - devem ser enquadrados na alíquota reduzida, com desconto de 60% sobre o IVA. O tema, porém, é sensível pois há um movimento para que os ultraprocessados sejam taxados pelo Imposto Seletivo, o "imposto do pecado", que incidirá sobre produtos danosos à saúde e ao meio ambiente.

A Abras, porém, argumenta que a diferença entre a alíquota zero e a reduzida (com desconto de 60%), dado o alto patamar do IVA, já será suficiente para estimular o maior consumo dos produtos da cesta isenta em detrimento de outros, "dispensando-se em absoluto a opção por crescer, sobre estes últimos, um oneroso imposto seletivo".

"A conclusão nos parece clara: o legislador não precisa lançar mão de nenhum "imposto seletivo" para taxar de modo ainda mais duro o que já será fortemente tributado com a alíquota de IVA mais elevada do planeta", diz o texto da associação.

"(A cesta) considerará a diversidade regional e cultural da alimentação do País e garantirá a alimentação saudável e nutricionalmente adequada" Texto da **reforma tributária**

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Reforma tributária é questão de gênero - OPINIÃO JURÍDICA

Mírian Lavocat é advogada tributarista sócia do Lavocat Advogados

A recente promulgação da Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023 marcou o início da **Reforma Tributária**, ainda que deixando boa parte do seu detalhamento para as Leis Complementares posteriores, que deverão seguir as diversas novas determinações constitucionais postuladas pelas alterações em nossa Constituição Federal. Indica-se a inclusão de dois novos parágrafos ao art. 146 do corpo da Constituição, introduzindo os princípios gerais do Sistema Tributário Nacional de simplicidade, transparência, justiça tributária, cooperação e defesa do meio ambiente, e também indicando que a produção legislativa em matéria tributária deverá ser guiada pela redução da regressividade.

Já especificamente sobre as alterações da tributação sobre o consumo, a EC trouxe mudanças específicas para a redução da regressividade tributária, sendo relevante destacar, até então, a principal mudança no combate à desigualdade de gênero.

Vemos que a futura sistemática de IBS/CBS, por meio da unificação dos principais **tributos** incidentes sobre o consumo, trará consigo a **desoneração** de alimentos da cesta básica e de produtos de higiene menstrual com a aplicação de alíquota zero, através de uma determinação constitucional. É um bom começo, visto que nem todos os estados incluíram os produtos de higiene menstrual na cesta básica (atualmente com incidência de 7% de ICMS), no entanto, as reflexões desse dia 08 de março indicam que é essencial ir além.

É necessário apontar que a redução da regressividade do Sistema Tributário Brasileiro deve passar também por uma perspectiva de gênero, conforme seus novos princípios constitucionais, para a correção de problemas estruturais que afetam desproporcionalmente as mulheres, agravando os índices de desigualdade do país.

Nesse sentido, houve recente mudança no Poder Judiciário para a ampliação do acesso à justiça com a aprovação de diretrizes obrigatórias do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero aprovado pela Resolução nº 492/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Entretanto, ressalta-se que devemos olhar melhor para a estrutura do sistema tributário, caminhando além das importantes vitórias em julgamentos no Supremo Tribunal Federal, como a isenção de Imposto de Renda sobre Pensão Alimentícia e a inconstitucionalidade da cobrança da contribuição previdenciária patronal sobre o salário-maternidade. Em síntese, é necessário adotar novas perspectivas para o futuro do Sistema Tributário Nacional, além da desoneração de itens menstruais, começando pela própria representatividade feminina nos espaços de decisão.

Apesar dos avanços, as mulheres ainda são minoria na composição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, sendo este último ainda mais agravado pela histórica desvantagem da falta de regulamentação do direito à licença maternidade das conselheiras representantes dos contribuintes.

Dado o quadro atualmente vigente, é inevitável questionarmos se a falta de representação feminina também será atestada ao analisarmos a composição do colegiado de representantes dos Estados, Distrito Federal e Municípios enviados ao futuro Comitê Gestor do IBS?

A falta de participação adequada das mulheres no sistema tributário, além de reduzir a amplitude de diferentes perspectivas para a regulamentação da **Reforma Tributária** e para a solução de eventuais conflitos interpretativos, também afeta a própria legitimidade fiscal, conforme a relação exclamada na célebre frase americana "no taxation without representation".

Por outro lado, além do aspecto inicial de arrecadação dos **tributos**, a Reforma também trouxe profundas alterações no Direito Financeiro, especialmente na vinculação do gasto público, introduzindo a obrigatoriedade de Fundos estaduais e municipais de combate à pobreza e criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional.

Igualmente, devemos interpretar as alterações sobre as regras orçamentárias em consonância com a promoção da redução da desigualdade de gênero. É

necessário considerar a **Reforma Tributária** como questão de gênero e abrir os olhos da sociedade para as questões de política fiscal-tributária que afetam o público feminino, especialmente as que afetam indiretamente.

Entende-se que o destino dos fundos públicos de combate à pobreza e de redução das desigualdades regionais devem possuir orientações para seu gasto além de métricas tradicionalmente utilizadas, incluindo-se a perspectiva de promover a justiça tributária também em questões de gênero, para além da pauta da pobreza menstrual.

Ademais, a regressividade tributária também é acentuada por outros fatores conhecidos, como a dupla jornada e as barreiras à ascensão profissional, inseridos num cenário em que mais da metade dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. Dessa forma, a devida apuração de dados estatísticos e a utilização de estudos demográficos são fundamentais para a formação de medidas mais assertivas no emprego dos recursos públicos para combater a desigualdade de gênero.

Em síntese, a **Reforma Tributária** também é uma oportunidade para reavaliar o uso dos recursos arrecadados do contribuinte, entendendo o gasto público em infraestrutura além de poste, asfalto e meio-fio. Afinal, as categorias com o maior número de obras públicas paradas são justamente as escolas primárias, creches e unidades básicas de saúde.

E viva 8 de março, Dia da Mulher!

Mírian Lavocat é advogada tributarista sócia do Lavocat Advogados

Site:

<https://valor.globo.com/virador?editions#/edition/187809>

Acordo com dívida de estados

RAFAELA GONÇALVES

O Ministério da Fazenda deve se reunir com os governadores até o fim deste mês para apresentar uma primeira proposta de negociação dos termos das dívidas dos estados com a União. A sinalização foi dada pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), que se reuniu ontem com o ministro Fernando Haddad.

"Tivemos uma conversa muito positiva com o ministro Haddad. Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro respondem por 27% do **PIB** (Produto Interno Bruto) nacional, mais de um quarto, mas enfrentam graves problemas fiscais por conta da dívida. É como se num carro, das quatro rodas, uma estivesse presa, porque esses estados têm problemas para fazer investimentos e manter serviços, o que é necessário para o desenvolvimento nacional", disse o governador.

Segundo Leite, a expectativa é de que nas próximas semanas se viabilize uma nova agenda conjunta com os estados do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), para tratar do tema. Ele voltou a pedir ao chefe da Fazenda por mudanças no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e alterações no contrato da dívida dos estados, com o objetivo de revisar os encargos.

Dos sete estados que compõem o Cosud, ao menos três têm problemas envolvendo a dívida com a União. Além do Rio Grande do Sul, que aderiu ao RRF em em 2022 e hoje luta por alterações, o Rio de Janeiro foi o primeiro a aderir ao programa, ainda nos moldes antigos, após uma severa crise nas finanças. Já Minas Gerais dialoga para efetivar a adesão.

Na quarta-feira, o governador de Minas, Romeu Zema (Novo), também veio a Brasília para encontro com Haddad e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para discutir a dívida do estado com a União. Ele saiu da reunião otimista com a promessa de requalificação do regime de recuperação fiscal até o fim do mês. Atualmente, o valor devido por Minas é de aproximadamente R\$ 160 bilhões.

Royalties O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), assinou ontem um acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Fazenda para receber R\$ 1 bilhão em royalties. "Essa é uma vitória de uma batalha que travamos desde 2011", comemorou o capixaba.

O processo em questão tramitava no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2013. Na prática, o valor deverá ser pago pela União até dezembro de 2025, por meio de precatórios - dívidas que o Executivo é obrigado a quitar por decisão judicial.

Para analistas, ano eleitoral testará regra fiscal

DANIELA AMORIM RIO

A perspectiva de crescimento para o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2024 é mais baixa do que o avanço registrado em 2023, mas a composição será mais favorável, com recuperação dos investimentos, avaliaram economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) durante o 1.º Seminário de Análise Conjuntural 2024, realizado em parceria com o Estadão, ontem, no Rio de Janeiro. A preocupação maior, porém, é com o cenário fiscal, sob pressão em ano eleitoral, que colocará à prova o arcabouço fiscal.

"A gente certamente tende a viver em 2024 um ano de mais calma. A tendência é a economia crescer", afirmou Armando Castelar, pesquisador associado do Ibre/FGV. "A gente vê um certo otimismo sobre o crescimento, queda da **inflação**, queda dos juros. Mas, ao mesmo tempo que a gente tem essa calma e um cenário relativamente bom, a gente tem um risco da tempestade que está se formando para o ano que vem, ou um pouquinho mais à frente." Segundo o pesquisador, o ambiente de polarização política agrava a questão fiscal no País, por abrir espaço para uma tendência de aumento de gastos, não por uma estratégia de política econômica, mas em busca de maior popularidade.

Assim, o arcabouço fiscal será testado nos próximos meses, em meio a um cenário de expansão dos gastos já em curso, ressaltou Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Ibre/FGV. O boletim da FGV prevê avanço de 1,5% no **PIB** em 2024, após elevação de 2,9% em 2023, com avanço de 3,4% nos investimentos, após retração de 3% em 2023.

JUROS. Ao Banco Central, não resta alternativa que não seja manter a taxa de juros em patamar acima do juro neutro, afirmou o economista José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV. "Não consigo pensar em nenhuma outra coisa que não seja o Banco Central manter a política monetária contracionista, acima do juro neutro." Segundo Senna, uma taxa de juro terminal (ao fim do ciclo de cortes) de 9% "não dá conta" do desafio. O pesquisador aposta em taxas entre 9,5% e 9,75%. "Não basta levar a **inflação** para a meta, tem de mantê-la na meta."

Rédeas curtas Para José Júlio Senna, "não basta levar a **inflação** para a meta, tem de mantê-la na meta"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Igualdade de gênero entra no debate do G20, de finanças e trabalho a mudanças climáticas

CÁSSIA ALMEIDA

O tema de gênero entrou de vez no debate dos países, num movimento transversal e unido à percepção de que a igualdade entre homens e mulheres em todas as esferas faz os países crescerem mais e com renda maior. As discussões sob a inédita presidência do Brasil do G20, grupo das maiores economias do mundo, refletem essa abordagem. Pela primeira vez, um grupo de trabalho vai propor aos chefes de Estado no Rio políticas de combate à desigualdade de gênero, com enfoque no crescimento econômico e no desenvolvimento sustentável. A pauta vem avançando nos últimos anos às margens das reuniões oficiais. Desta vez, o objetivo é deixar claro o compromisso com essa agenda no documento final que será assinado pelos líderes na cúpula de novembro, no Rio, afirmam os atores que trabalham nas propostas, tanto da sociedade civil quanto do governo brasileiro.

Criado em 2023 sob a presidência da Índia, o grupo de trabalho (GT) Empoderamento das Mulheres vai atuar efetivamente pela primeira vez. Coordenado pelo Ministério das Mulheres, tem eixos específicos: a desigualdade no mercado de trabalho, o ecossistema dos cuidados, a misoginia e a violência e a justiça climática.

Mas chama a atenção a transversalidade da questão de gênero, tanto nas trilhas oficiais de trabalho quanto nos grupos de engajamento da sociedade civil. De Finanças e Comércio e Investimentos aos grupos de engajamento das grandes empresas (B20), a pauta está sendo incorporada a estudos e propostas muito além do GT específico.

-A Organização Internacional do Trabalho (OIT) calcula que o PIB mundial seria 28% maior se tivéssemos igualdade salarial plena entre homens e mulheres. É um desafio central no Brasil e nas grandes economias do mundo. Acho que o GT vem nessa linha do pro-tagonismo das mulheres, com a ocupação dos espaços de poder. Esse é um debate que vai assumir relevância na presidência brasileira no G20 -afirma a chair (líder) do grupo oficial, Isis Taboia, do gabinete da ministra das Mulheres, Cida Gonçalves.

ACORDO COMERCIAL

O W20, grupo de engajamento das mulheres da sociedade civil, lista cinco temas prioritários: justiça climática, combate à violência contra mulheres, participação maior nas carreiras de ciências, exatas e tecnologia, empreendedorismo e economia do cuidado. Ana Fontes, chair do grupo e CEO da Rede Mulher Empreendedora, diz que as barreiras para a mulher empreender se sobrepõem. Falta acesso a crédito em qualquer modalidade: microcrédito, anjo investidor e fundo de investimento.

- É um gargalo gigante. Tem que criar linhas diferentes, de inovação, olhar para os negócios das mulheres com o potencial que eles têm. Outro ponto importante é acesso a mercado. Precisamos estruturar mecanismos de compras inclusivas nas grandes empresas e no governo -diz.

O grupo oficial de Comércio e Investimentos elencou entre suas quatro prioridades de trabalho o tema mulheres e comércio internacional. O Brasil tem exemplos a apresentar. Em 2022, foi anexado um capítulo de comércio e gênero ao acordo comercial com o Chile, fechado em 2018. Nele, os países assumem o compromisso de incorporar "a perspectiva de gênero no comércio internacional".

Na semana passada, o Brasil aderiu ao Arranjo Global sobre Comércio e Gênero, na 133 Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Abu Dhabi. Mas a participação feminina no comércio exterior brasileiro ainda é tímida: só 14% das empresas que exportam são lideradas por mulheres. O percentual sobe um pouco quando se foca nas pequenas empresas: 24%. No quadro dessas companhias que comercializam com o exterior, 32,6% são mulheres.

- Empresas que exportam remuneram melhor seus empregados, são mais resilientes, produtivas e inovadoras. Pela primeira vez, conseguimos desagregar esses dados. Não tínhamos esse olhar de gênero nas estatísticas. Foi a base do trabalho -afirma Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, pasta que coordena o grupo de Comércio e Investimento com o Itamaraty.

A segunda frente, explica Tatiana, é influenciar no

debate global: - O G20 é uma plataforma única para que o Brasil busque esse objetivo.

O governo tem feito parcerias com associações, como a do setor têxtil (Abit), para levar os projetos adiante. Essa é a abordagem dos trabalhos do B20, coordenado pela Confederação Nacional da Indústria.

- São oito grupos temáticos, como educação, transformação digital, mulheres nos negócios, educação e emprego. E todas as forças-tarefas acabam trabalhando nessa temática integrada - diz Constanza Biasutti, gerente de Diplomacia Empresarial e Competitividade do Comércio da CNI.

Para ela, "não cabe dúvida" de que a maior participação das mulheres nos negócios tem efeito "proporcional positivo" na economia.

Os estudos de gênero estão cada vez mais voltados a mensurar o impacto econômico positivo das políticas públicas voltadas à equidade de gênero.

- Quando chego para um ministro da Fazenda, não especificamente o nosso, mas em geral, o argumento é que vamos criar tantos empregos, que são empregos que não vão aumentar a emissão de gases poluentes. E com mais mulheres livres para trabalhar, vai ter um impacto positivo no PIB - afirma Luiza Nassif Pires, co-presidente da força-tarefa para propor políticas de combate à fome e à desigualdade do T20, que reúne think tanks e institutos de pesquisa do G20.

Luiza, diretora do Centro de Pesquisas em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da USP e professora da Unicamp, diz que o objetivo é desenvolver políticas que incorporem três dimensões: "gerem crescimento, não aumentem as emissões e reduzam as desigualdades."

CRISE DE CUIDADOS

A tributação é outro caminho para desenvolver política de gênero, como a de cuidados, uma das prioridades do W20. Com restrições orçamentárias dos governos, a progressividade da tributação pode ser fonte de recursos. Especialistas vêm alertando para a crise dos cuidados, que afeta diretamente as mulheres, que majoritariamente assumem essa função na sociedade, dentro e fora de casa. O governo brasileiro está preparando um Plano Nacional de Cuidados. E a Argentina determinou, em lei, que o cuidado materno conte de um a três anos no tempo necessário para se aposentar.

A despeito das múltiplas frentes de trabalho, Alessandra Nilo, articuladora política do C20, grupo de engajamento dos movimentos sociais, aconselha a

dosar o otimismo com o avanço da temática de gênero nas discussões diplomáticas. A baixa representação de mulheres nos espaços de poder dificulta empurrar para frente essa agenda. Na América Latina, menos de 27% das cadeiras nas eleições municipais são ocupadas por mulheres, contra 35% globalmente. A própria "bancada de chefes de Estado" do G20 tem predominância masculina.

-As mulheres precisam ser vistas dentro dos orçamentos públicos. Enquanto isso não acontecer, no trade-off (escolha) entre os temas, os de gênero são os que caem para que outros entrem.

Tatiana Berringer, do Ministério da Fazenda, que coordena o diálogo com a sociedade civil no grupo de trabalho de Finanças, está mais otimista: - Estamos trabalhando para que exista uma menção específica. O governo brasileiro definiu a desigualdade como tema prioritário.

O QUE PODE SAIR DO ENCONTRO DO G20

Acesso a capital

O tema vem ganhando corpo no grupo de Finanças, e esperam-se recomendações para melhoria do acesso a capital e geração de renda.

Desigualdade de raça

O tema de raça e etnia é transversal, e a expectativa é que o Brasil se esforce para incorporar essa vertente nos compromissos e recomendações.

Combate à violência O Brasil ocupa posições ruins nesse ranking e deve defender a inclusão do tema no **comunicado**.

Economia do cuidado

É uma questão em evidência, que aponta para uma crise dos cuidados, inclusive em outros países, e teria boas chances de entrar nas recomendações que o grupo vai endossar.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Grupo vai propor políticas de igualdade de gênero no G20

Cássia Almeida "O Globo", do Rio

O tema de gênero entrou de vez no debate dos países, num movimento transversal e unido à percepção de que a igualdade entre homens e mulheres em todas as esferas faz os países crescerem mais e com renda maior. As discussões sob a inédita presidência do Brasil do G20, grupo das maiores economias do mundo, refletem claramente esta abordagem. Pela primeira vez, um grupo de trabalho vai propor aos chefes de Estado no Rio, políticas de combate à desigualdade de gênero, com enfoque no crescimento econômico global e no desenvolvimento sustentável. A pauta vem avançando nos últimos anos às margens das reuniões oficiais. Desta vez, o objetivo é deixar claro o compromisso com essa agenda no documento final que será assinado pelos líderes na cúpula de novembro, no Rio, afirmam os atores que trabalham nas propostas, tanto da sociedade civil quanto do governo brasileiro.

Criado em 2023 sob presidência da Índia, o grupo de trabalho (GT) Empoderamento das Mulheres vai atuar efetivamente pela primeira vez. Coordenado pelo Ministério das Mulheres, tem eixos específicos: a desigualdade no mercado de trabalho, o ecossistema dos cuidados, a misoginia e a violência e a justiça climática. Ao fim, um documento com sugestões e prioridades será encaminhado aos negociadores do G20.

Mas chama a atenção a trans-versalidade da questão de gênero, tanto nas trilhas oficiais de trabalho quanto nos grupos de engajamento da sociedade civil. De Finanças e Comércio e Investimentos aos grupos de engajamento das grandes empresas (B20), a pauta está sendo incorporada a estudos e propostas muito além do GT específico.

"A Organização Internacional do Trabalho [OIT] calcula que o PIB mundial seria 28% maior se tivéssemos igualdade salarial plena entre homens e mulheres. É uma parcela bastante significativa. É um desafio central no Brasil e nas grandes economias do mundo. Acho que esse GT vem nessa linha do protagonismo das mulheres, dos direitos e poderes das próprias mulheres, com a ocupação dos espaços de poder. Esse é um debate que vai assumir relevância na presidência brasileira no G20", afirma a chair (líder) do grupo oficial, Ísis Taboa, do gabinete da ministra Cida

Gonçalves (Mulheres).

O W20, grupo de engajamento das mulheres da sociedade civil, tem uma lista de cinco temas prioritários: justiça climática, combate à violência contra mulheres, participação maior nas carreiras de ciências, exatas e tecnologia, empreendedorismo e economia do cuidado. Ana Fontes, chair do grupo e CEO da Rede Mulher Empreendedora, diz que, para além da falta de espaço político, as barreiras para a mulher empreender se sobrepõem. Falta dinheiro para custear uma rede de apoio para cuidado dos filhos e investir no negócio e acesso a crédito em qualquer modalidade, como micro-crédito, investidor-anjo e fundo de investimento.

"É um gargalo gigante. Tem que criar linhas diferentes, de inovação, olhar para os negócios das mulheres com o potencial que eles têm. Outro ponto importante é acesso a mercado. Precisamos estruturar mecanismos de compras inclusivas nas grandes empresas e no governo. E, por último, falta acesso à inovação. Como faço para embarcar tecnologia nos produtos e serviços dessas mulheres?", lista Ana Fontes.

O grupo oficial de Comércio e Investimentos elencou entre suas quatro prioridades de trabalho o tema mulheres e comércio internacional. O Brasil tem exemplos a apresentar. Em 2022, foi anexado um capítulo de comércio e gênero no acordo comercial com o Chile, fechado em 2018. Nele, os países assumem o compromisso de incorporar "a perspectiva de gênero no comércio internacional, incentivando a igualdade de direitos, tratamento e oportunidades entre homens e mulheres nos negócios, na indústria e no mundo do trabalho, favorecendo o crescimento econômico inclusivo para as sociedades de ambos os países".

Na semana passada, o Brasil aderiu ao Arranjo Global sobre Comércio e Gênero, na 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio em Abu Dhabi. Assinado em 2020 por Canadá, Chile e Nova Zelândia, o arranjo foi firmado ainda por Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, México e Peru. Mas a participação feminina no comércio exterior brasileiro ainda é tímida: somente 14% das empresas que exportam são lideradas por mulheres. O percentual sobe um pouco quando se foca nas

pequenas empresas: 24%. No quadro dessas companhias que comercializam com o exterior, 32,6% são mulheres.

"Empresas que exportam remuneram melhor seus empregados, são mais resilientes, produtivas e inovadoras. É importante que mais mulheres se beneficiem do comércio. Pela primeira vez, conseguimos desagregar esses dados. Não tínhamos esse olhar de gênero nas estatísticas. Foi a base do trabalho", afirma Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, pasta que coordena o grupo de Comércio e Investimento juntamente com o Itamaraty.

O ministério abriu inscrições para a segunda edição do programa Elas exportam, de mentoria, que reúne empresárias experientes e consolidadas para orientar pequenas empresas chefiadas por mulheres. No ano passado, recebeu 500 inscrições, mas o programa foi limitado a 20 duplas. Este ano, sobe para 30 duplas, com foco nos setores de higiene pessoal, perfumaria, cosméticos, vestuário e têxtil.

"A segunda frente é influenciar o debate global sobre o assunto. O G20 é uma plataforma única para que o Brasil busque esse objetivo", diz Tatiana Prazeres.

O governo tem partido para parcerias com associações de iniciativa privada como a do setor têxtil (Abit) para levar os projetos adiante. Essa é a abordagem que permeia os trabalhos do B20, coordenado pela Confederação Nacional da Indústria.

"Uma das coisas dessa presidência brasileira é a perspectiva de não olhar por silo. São oito grupos temáticos, como educação, transformação digital, mulheres nos negócios, educação e emprego. E todas as forças-tarefas acabam trabalhando nessa temática integrada", diz Constanza Negri Biasutti, gerente de Diplomacia Empresarial e Competitividade do Comércio da CNI.

Para ela, "não cabe dúvida" de que a maior participação das mulheres nos negócios tem efeito "diretamente proporcional positivo" na economia como um todo: "Do ponto de vista de G20, é claro que o nível de desenvolvimento dos países é diferente, assim como a forma de endereçar essa agenda. Não está se procurando recomendação para todos. Queremos identificar gargalos e desafios comuns e exemplos de casos concretos de boas práticas."

Os estudos de recortes de gênero estão cada vez mais voltados, inclusive, a mensurar o impacto econômico positivo das políticas públicas voltadas à equidade de gênero.

"Não chego para um ministro da Fazenda, não especificamente o nosso, mas em geral, e digo que é bom investir em creche porque é socialmente justo. O argumento é que vamos criar tantos empregos, que são empregos que não vão aumentar a emissão de gases poluentes. E com mais mulheres livres para trabalhar, vai ter um impacto positivo no PIB. E aí a coisa começa a avançar", afirma Luiza Nassif Pires, copresidente da força-tarefa para propor políticas de combate à fome e à desigualdade do T20, que reúne think tanks e institutos de pesquisa do G20.

Luiza, diretora do Centro de Pesquisas em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP e professora do Instituto de Economia da Unicamp, diz que há sempre uma pressão ao redor da ideia do crescimento. O objetivo é desenvolver políticas econômicas que incorporem três dimensões: "gerem crescimento, não aumentem as emissões e reduzam as desigualdades".

Estudo do Made mostra que o investimento de R\$ 100 milhões em infraestrutura social (saúde e educação públicas) gera três vezes mais empregos para as mulheres. "Além disso, as mulheres negras recebem duas vezes mais empregos quando o choque se dá em infraestruturas sociais e ocupam 18,8% dos empregos gerados na saúde pública e 15,4% dos empregos em educação pública, o que contrasta significativamente com a participação delas no setor de construção, isto é, apenas 8,2% das vagas ocupadas", afirma a pesquisa.

A tributação também é outro caminho para desenvolver política de gênero, como a de cuidados, uma das prioridades do W20. Com restrições orçamentárias dos governos, a progressividade da tributação pode ser fonte de recursos. Especialistas vêm alertando para a crise dos cuidados, que afeta diretamente as mulheres, que majoritariamente assumem esta função na sociedade, dentro e fora de casa. O governo brasileiro está preparando um Plano Nacional de Cuidados. E a Argentina já determinou em lei que o cuidado materno conta com um a três anos para o tempo de aposentadoria, indicado movimentações nesse sentido.

A despeito das múltiplas frentes de trabalho, Alessandra Nilo, articuladora política do C20, grupo de engajamento das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, aconselha a dosar o otimismo com o avanço da temática de gênero nas discussões diplomáticas. Na hora de ter que escolher o que entra ou não no documento final dos líderes, as recomendações de políticas para mulheres podem ser preteridas. "As preocupações do G20 são muito centradas nas questões econômicas com nenhuma

preocupação com perspectivas de gênero. Não vemos isso refletido no G20."

A baixa representação de mulheres nos espaços de poder dificulta empurrar para frente essa agenda. Na América Latina, menos de 27% das cadeiras nas eleições municipais são ocupadas por mulheres, contra 35% globalmente. A própria bancada de chefes de Estado do G20 tem predominância masculina.

"Precisamos colocar na pauta as mulheres como produtoras da atividade econômica e que precisam ser vistas dentro dos orçamentos públicos. Enquanto isso não acontecer, no trade-off [escolha] entre os temas, os de gênero são os que caem para que outros entrem."

Tatiana Berringer, do Ministério da Fazenda e que está coordenando o diálogo com a sociedade civil no grupo de trabalho de Finanças, está mais otimista, acredita que as recomendações para melhoria das condições de acesso a capital sejam incluídas no documento final do G20.

"Estamos trabalhando para que exista uma menção específica. O governo brasileiro definiu a desigualdade como tema prioritário. A forma que estamos abordando a discussão de gênero [grupo de Finanças] é uma novidade desse encontro", diz.

" É importante que mais mulheres se beneficiem do comércio"

Tatiana Prazeres

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187809?page=1§ion=1>

Lula quer discutir com Congresso novos limites para gastos

Caetano Tonet, Rafael Bitencourt, Renan Truffi e Gabriela Pereira De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sinalizou nesta quinta-feira (7) que, com o cenário recente de crescimento econômico e das receitas, pretende discutir com o Congresso um novo limite de gastos no Orçamento. Ele não detalhou, porém, como isso seria feito. Hoje, o teto para despesas públicas é determinado pelo arcabouço fiscal aprovado em 2023 pelo Congresso e sancionado por Lula no ano passado.

"Vocês estão percebendo que a arrecadação está aumentando além daquilo que muita gente esperava. Lógico que nós temos um limite de gastos, que quando a gente tiver mais dinheiro a gente vai ter que discutir com a Câmara e o Senado esse limite de gastos e vamos ver como é que a gente pode utilizar mais dinheiro para fazer mais benefício para o povo", declarou Lula, ao discursar na cerimônia do Novo PAC Seleções.

Uma das preocupações de especialistas é que Lula repita o cenário de governos anteriores, com aumento de gastos que são permanentes, ao mesmo tempo que os ganhos de arrecadação costumam ser temporários, piorando o cenário no médio e longo prazos.

Em janeiro, a arrecadação federal chegou a R\$ 280,6 bilhões, alta real de 6,6% em relação ao mesmo período do ano passado. O desempenho das receitas foi o melhor registrado desde o início da série histórica, em 1995. Dados preliminares indicam que fevereiro também foi um mês de alta. Como mostrou o Valor, dados preliminares indicam um crescimento nominal de 20% das receitas administradas líquidas (aquelas controladas pela Receita, descontadas as deduções).

O resultado fiscal do setor público, porém, mostrou um déficit nominal de 9,06% do PIB nos 12 meses até janeiro, o maior percentual desde abril de 2021, em virtude dos altos juros, que incidem sobre uma dívida elevada, e de desequilíbrio entre receitas e despesas primárias do governo. Em valores correntes, o resultado nominal negativo chegou a R\$ 991, bilhões.

Ao defender a revisão do limite de despesas, Lula

também citou a entrada de investimentos de empresas, um indicador de melhora da atividade econômica. "Com todos os milhões que estamos anunciando, a economia vai crescer, não é possível. De repente, estou recebendo anúncio de quase R\$ 100 bilhões em investimentos no Brasil", acrescentou.

Em relação às expectativas com o país no exterior, Lula disse: "Nunca vivi o momento de otimismo em relação ao Brasil que nós temos hoje no mundo inteiro". O novo arcabouço fiscal prevê um limite para as despesas, fixado de acordo com a variação da arrecadação apurada no ano anterior. Para 2024, existe a possibilidade de ampliar esse espaço para gastos caso o desempenho das receitas supere as expectativas no segundo relatório de avaliação do governo, que deve ser divulgado no fim de maio.

Nos últimos meses, Lula tem dado declarações indicando que deseja ampliar o espaço para gastos. Em outubro do ano passado, em meio às discussões sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o presidente afirmou que o país não precisava, necessariamente, se comprometer com a meta de zerar o déficit primário. O objetivo, no entanto, acabou permanecendo na lei.

No mês passado, ele voltou a comentar o assunto e afirmou que, se não fosse possível alcançar o déficit zero, "ótimo também".

Nesta quinta, ao mesmo tempo em que sugeriu rever regras fiscais, Lula defendeu que seja mantida uma base econômica sólida. "O Brasil vai voltar a ser uma das principais economias do planeta Terra. Para isso, nós precisamos garantir estabilidade fiscal, econômica e social, e nós temos tudo isso", afirmou.

Em outra frente, o governo ainda articula uma solução para outro tema das contas públicas: o pagamento de emendas parlamentares ao Orçamento. O Valor apurou que o Palácio do Planalto decidiu adiar para terça-feira que vem a reunião com parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O encontro estava marcado para acontecer na quinta-feira e tinha o objetivo de solucionar o impasse em torno dos vetos feitos por Lula à LDO.

O adiamento tem relação com a ausência de deputados e senadores, em Brasília, segundo fontes.

Isso porque alguns deles já deixaram a capital e não poderiam comparecer à mesa de negociação.

O assunto vinha gerando pressão dos deputados e senadores, mas foi distensionado depois que o governo aceitou cumprir o calendário de pagamento de emendas que estava previsto no projeto. Esse era um dos vetos que mais geravam apreensão dos congressistas.

Como parte desse acordo, no entanto, Executivo se comprometeu em "fazer um esforço" para pagar R\$ 8,2 bilhões em "emendas Pix" até 30 de junho, afirmou ao Valor um dos vice-líderes do governo no Congresso, o deputado Carlos Za-rattini (PT-SP). A medida faz parte de uma série de iniciativas para melhorar a relação com os deputados e senadores e aprovar os projetos de interesse do governo Lula.

Governo ainda articula solução para pagamento de emendas parlamentares

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?editions#/edition/187809?page=1§ion=1>

Maternidade pesa no emprego mesmo após 10 anos

Anais Fernandes e Álvaro Fagundes De São Paulo

Mães brasileiras são, em média, 37% mais afetadas do que pais em termos da probabilidade de estarem trabalhando nos dez anos seguintes ao nascimento do primeiro filho.

O dado é do "Child Penalty Atlas", trabalho de pesquisadores da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, e da London School of Economics (LSE), no Reino Unido, que mede o impacto dos filhos na presença no mercado de trabalho para homens e mulheres em 134 países.

O número do Brasil está em linha com a média da América Latina e com o de países como o Chile, aponta o levantamento. Ele é um pouco pior do que no Uruguai (35%), mas melhor do que no México e na Argentina (44% cada).

A América Latina é o continente em que os números são mais parecidos entre os países, às exceções de Cuba (24%) e Haiti (8%), e a região com o maior "child penalty", ante as médias de Oceania (30%), Europa (29%), Ásia (26%), América do Norte (25%) e África (8%). Os dados, no entanto, precisam ser interpretados com cautela.

A diferença na empregabilidade de mulheres e homens após o nascimento do primeiro filho é universal, diz Gabriel Leite Mariante, doutorando em economia na LSE e um dos autores do estudo com Henrik Kleven e Camille Landais.

"Não existe nenhum país em que os homens sofram essa 'penalidade'. A trajetória masculina no mercado de trabalho é sempre totalmente linear, enquanto a trajetória feminina sempre é a que sofre um declínio após o primeiro filho", explica Mariante ao Valor.

A variação entre os países ocorrem porque em cada lugar essa "penalidade" pode explicar mais ou menos a desigualdade de gênero geral no mercado de trabalho.

"Existem países em que o 'child penalty' é muito pequeno, mas isso não quer dizer que a desigualdade de gênero seja pequena. Quer dizer que ela tem a ver com outros fatores que não os filhos ou que estão lá muito antes dos filhos", diz Mariante, citando como

exemplos países da África Subsaariana e do sul e do sudeste da Ásia.

"São países com **PIB** per capita muito baixo em que o 'child penalty' zero - ou seja, não existe-ou está muito próximo disso, mas há, sim, uma desigualdade de gênero substancial", afirma. "Se mulheres não trabalham nunca, o 'child penalty' é zero, porque ter filho ou não ter não faz diferença em termos de empregabilidade."

Por outro lado, existem países desenvolvidos com **PIB** per capita alto e "child penalty" relativamente também elevado, mas onde o indicador explica praticamente toda a desigualdade de gênero, aponta Mariante, citando como exemplos o Canadá (23%) e a Austrália (34%). "Nesses casos, o tamanho do 'gap' de gênero é igual ao 'child penalty'. Podemos dizer que não é uma questão de desigualdade entre homens e mulheres, mas entre mães e todo o resto, inclusive mulheres que não têm filho", diz.

Entre esses extremos, estão países de renda média como o Brasil, em que o "child penalty" é grande, mas uma parcela significativa da desigualdade de gênero no trabalho não é ligada aos filhos.

Segundo ele, outros estudos já apontavam que a curva de participação feminina no mercado de trabalho tem formato de "U", ou seja, é alta em países com **PIB** per capita baixo, baixa em países com **PIB** per capita médio e alta de novo em países com **PIB** per capita elevado. "Agora, o que a gente encontra é que o 'child penalty' vai aumentando com o desenvolvimento, de maneira tal que, no fim, ele acaba explicando toda a desigualdade de gênero em países com uma renda muito alta", diz Mariante.

Existem casos particulares. A Suécia, por exemplo, tem "child penalty" baixo (9%) e que, ainda assim, explica boa parte da desigualdade de gênero no mercado, aponta o pesquisador.

Outro caso interessante é o de Ruanda, país da África Subsaariana que tem um "child penalty" praticamente inexistente e é um dos mais iguais do mundo, em termos de gênero, segundo Mariante. "Tem motivos históricos para isso. Com a guerra civil nos anos 1990 e o genocídio de vários grupos étnicos, a força de trabalho masculina foi, em grande parte, dizimada.

Isso aparece em outros indicadores. Ruanda é, por exemplo, um dos países com maior proporção de mulheres no Congresso."

A urbanização das economias também parece ter uma relação significativa com o "child penalty", segundo Mariante. Economias mais urbanas têm um "peso" do filho na empregabilidade das mulheres maior do que economias rurais. A conclusão pode parecer contraintuitiva, mas Mariante explica: "Nas áreas rurais, a separação entre a casa e o trabalho é menos forte do que na cidade".

Por enquanto, o atlas traz apenas informações sobre o "peso" da maternidade e da paternidade na empregabilidade das pessoas, mas, para o futuro, a ideia é medir esse impacto também sobre a renda, diz Mariante. "Dados sobre renda são ainda mais difíceis de obter", pondera. Os próximos passos da pesquisa incluem também entender melhor as causas da desigualdade de empregabilidade relacionada aos filhos.

"Achamos que questões relativas a normas de gênero, a o que a sociedade espera de homens e mulheres, são importantes. Achamos que pode haver também um papel importante de políticas públicas, por exemplo, de licenças paternidade e maternidade. Queremos fazer uma medida rigorosa disso."

A experiência prática de Bia Diniz à frente da ONG brasileira Cruzando Histórias, voltada para a empregabilidade das mulheres, parece confirmar essas hipóteses. "Culturalmente, o cuidado familiar recai sobre a mulher. Vivemos em um país em que homens mal registram as crianças, imagine cuidar delas", afirma. "A mulher vai assumindo esse lugar de cuidado e existe a pressão - de todos os lados, inclusive das próprias mulheres - de que ela tem de dar conta de tudo", diz.

A diferença da licença-maternidade (4 a 6 meses) para a paternidade (5 dias) também pesa na empregabilidade da mulher, segundo Diniz. "As mulheres se afastam do trabalho por muito mais tempo para ter esse cuidado com o bebê, enquanto os homens mal acompanham o parto e a alta hospitalar e já precisam voltar ao trabalho", afirma.

Por isso, Diniz defende que a grande mudança em termos de política pública é a garantia da licença parental equilibrada, "para que ambos os gêneros assumam o cuidado em igualdade".

"É normal empresas favorecerem a contratação de homens porque enxergam neles mais presença e assiduidade. E não é só pela licença; é porque não é ele que vai na reunião da escola, levar a criança ao

médico", afirma. A licença parental, diz, cobre em parte esse "gap". "A empresa via saber que tanto eles quanto elas serão passíveis de se ausentarem", afirma.

Além disso, ela diz que o horário das creches públicas precisa se adequar à realidade do mercado de trabalho. "A creche é das 11 h às 16h, por exemplo, que emprego a mãe vai arrumar entre meio-dia e 15h?", questiona.

No âmbito privado, Diniz destaca que algumas empresas têm políticas internas para oferecer maior flexibilidade de horário e trabalho remoto, e não só para as mães, mas também para os pais. "Creches no local de trabalho também ajudam bastante a mitigar os desafios", afirma.

Programas que auxiliam as mulheres no retorno ao trabalho após a licença-maternidade, promovendo integração e treinamento, são boas iniciativas privadas, aponta Diniz. "Precisamos também formar lideranças mais empáticas, levar o letramento sobre a maternidade, fazer com que os funcionários escutem uns aos outros", afirma.

"Eu acredito ainda que poderia haver algum tipo de incentivo, por parte do governo, para empresas que implementem de fato essas políticas de equilíbrio, para que isso não fique só nas grandes companhias, mas que fosse algo para empresas de todos os portes", acrescenta Diniz.

"Não existe país em que os homens sofram essa "penalidade"" Gabriel Mariante

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?editions#/edition/187809?page=1§ion=1>

Estrago menor com El Nino puxa para baixo revisão do IPCA

Marcelo Osakabe De São Paulo

O receio de que o El Nino gerasse estragos à produção agrícola no Brasil está cedendo e trazendo menos preocupação para os cenários sobre **inflação** de alimentos em 2024. O movimento tem feito algumas casas revisarem para baixo suas projeções de **inflação** e, com isso, trazerem suas projeções para mais perto do centro da meta do Banco Central deste ano, de 3%, ainda que façam ressalvas sobre o comportamento do setor de serviços.

Na pesquisa Focus, do Banco Central, a mediana para as projeções do IPCA em 2024 caiu a 3,76% nesta semana, após passar fevereiro praticamente estável na casa dos 3,80%. O consenso para a **inflação** de alimentação no domicílio, por sua vez, passou de 4,60% no início do ano para 3,80%.

Mas há quem veja espaço para cair mais. A Truxt, por exemplo, ajustou recentemente sua projeção para o grupo de 4,30% para 3,50%. Com isso, a estimativa para o IPCA cheio caiu de 3,50% para 3,30%.

"Este não é nem o nosso cenário mais otimista para a categoria. Vemos espaço para tirar outros 10 pontos-base do IPCA [0,1 ponto percentual], a depender do comportamento no segundo trimestre, que é o período mais benigno para os preços de alimentos", afirma Arthur Carvalho, economista-chefe da gestora.

"Houve uma pressão sobretudo sobre alimentos in natura em meados do segundo semestre que acabou confundido, por parcela do mercado, com os efeitos de um El Nino mais forte. Havia um temor de que isso levaria os preços de grãos para cima e, com isso, afetaria os preços de proteína. Isso não ocorreu e quem não reviu suas projeções para incorporar este novo cenário vai acabar fazendo", diz Tliomás Goulart, economista-chefe da Novus. Sinal disso, segundo ele, está no IGP-DI, que veio negativo em janeiro (-0,27%) e fevereiro (-0,41%), ambos os meses abaixo do consenso de mercado.

A Novus projeta, desde o fim do ano passado, um IPCA encerrando o ano em 3,20%. Segundo Goulart, a projeção teria caído "a 3% ou abaixo", considerando apenas os efeitos baixista da parte de alimentação em domicílio, grupo para o qual ele projeta alta de 2% no ano - de 4% anteriormente. "Só não mudamos por

causa dessa questão da **inflação** de serviços, que tem vindo mais pressionado que o esperado", diz.

"Ajudou a trazer confiança de que o pior do El Nino já passou o acompanhamento climático, as coletas de preços no atacado e o comportamento das commodities. Acredito que os preços de alimentos ainda mostrem alguma pressão no primeiro trimestre, mas isto deve se reverter no segundo e terceiro", diz Werther Ver-vloet, economista da ACE. "O IPCA-15 já trouxe alguma indicação neste sentido e acredito que, nos próximos meses poderemos ver leituras negativas", acrescenta, se referindo à prévia da **inflação** de fevereiro, que mostrou o grupo alimentação desacelerando de 1,53% em janeiro para 0,97%.

Um exercício feito por Braulio Borges, economista sênior da LCA Consultores, aponta na mesma direção. Usando projeções internacionais de commodities da consultoria Focus Economics e um câmbio médio de R\$ 4,95 para 2024, ele projeta uma deflação de 3,20% para o índice de Preços no Atacado (IPA-DI), que tem peso de 60% no IGP-DI. Já o consenso implícito da Focus para este está rodando em alta de 2,80%.

"Me parece que os analistas domésticos estão superestimando a **inflação** no atacado, assim como o fizeram no começo de 2023", diz Borges, que também é pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica (FGV Ibre). No início de 2023, lembra, as projeções eram de que o IPA-DI subiria 7%, mas ele terminou o ano com queda de 4%. "Naquele momento, avalio que muitos economistas continuaram usando preços de commodities em patamares muito altos, efeito do choque da guerra na Ucrânia. Desta vez, me parece que esqueceram de levar em consideração que o El Nino é mim para produtividade agrícola brasileira, mas é bom para a argentina, que teve uma quebra gigantesca de safra ano passado. A gente já imaginava que, só por reversão à média, a Argentina poderia mais que compensar queda do Brasil. Só que as notícias são de que o crescimento lá será de 70% contra a safra anterior."

Borges faz a ressalva de que o IPA-DI não se responde inteiramente pelas variações dos alimentos no IPCA, já que este também incorpora os preços dos alimentos in natura. Por outro lado, também influencia a dinâmica dos bens industrializados. Juntos, esses

dois grupos respondem por 38% do IPCA, contabilizando apenas efeitos diretos.

Em sua revisão mensal de cenário, a XP Investimentos cortou a estimativa para o grupo alimentação no domicílio de 4,20% para 2,80% citando surpresas baixistas nos produtos in natura e também em preços de commodities. Com isso, o IPCA cheio do ano foi de 3,70% para 3,50%. Já o Bradesco baixou o IPCA de 3,60% para 3,40%, citando também pressões menores em alimentação, cuja estimativa caiu de 4,50% para 3,50%.

"Um dos principais riscos para a **inflação** deste ano era o El Niño. No entanto, os preços não estão subindo com essa redução de oferta porque a queda não é tão grande como chegou-se a **temer** no fim do ano passado e, também, porque a safra global cresce consideravelmente, levando à queda de preços no mercado internacional", diz o cenário do Bradesco.

Borges entende que, com boa perspectiva para a safra global e com a China crescendo menos esse ano na comparação com 2023, o cenário para commodities tem poucas chances de variar muito. Com isso, o risco para a sua projeção está mais para o lado do câmbio.

"Usei um câmbio médio de R\$ 4,95, mas ele chegou a baixara R\$ 4,80 no fim do ano passado, na esteira da expectativa de cortes antecipados de juros pelo Federal Reserve [BC dos EUA]. Se essa perspectiva voltar, pode ser que o câmbio se valorize mais e, com isso, a deflação no atacado se intensifique. Mas pode ocorrer o contrário também, um atraso no início dos cortes de juros nos EUA que deprecia o câmbio e diminua a deflação no atacado."

"Me parece que os analistas estão superestimando a **inflação** no atacado" Bráulio Borges

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187809?page=1§ion=1>

BCE deve iniciar corte de juro em junho, diz Lagarde

Eduardo Matjossi e Gabriel Caldeira De São Paulo

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, sinalizou ontem que o ciclo de redução dos juros da zona do euro poderá começar já em junho. Ao reiterar que o BCE vai seguir acompanhando os dados, Lagarde disse que o volume de informações que estarão disponíveis até abril não será suficiente para tomar uma decisão sobre corte nas taxas.

"Mas existe um amplo consenso de que teremos muito mais informações para sermos mais confiantes até junho", disse ela em entrevista após a decisão de política monetária que deixou os juros da zona do euro inalterados em patamares recordes pela quinta vez consecutiva.

A taxa principal de operações de refinanciamento ficou em 4,5%. A de empréstimo marginal e a de depósito foram mantidas em 4,75% e 4%, respectivamente.

"Com base em sua avaliação atual, o conselho do BCE considera que as taxas de juros estão em níveis que, mantidos por um período suficientemente longo, contribuirão substancialmente para esse objetivo [a meta de **inflação** de 2%]. As decisões futuras do conselho do BCE garantirão que as taxas de juros sejam fixadas em níveis suficientemente restritivos pelo tempo que for necessário", reiterou a entidade em **comunicado**.

A manutenção dos juros veio mesmo com reduções nas projeções de crescimento e **inflação** para 2024. Agora, a equipe de economistas do BCE espera alta de 2,3% da **inflação** neste ano - contra 2,7% na projeção anterior-com o núcleo subindo 2,6%, contra 2,7% anteriormente. Já o crescimento do **PIB** deve ficar em 0,6% em 2024, ante 0,8% na previsão passada.

Na entrevista, Lagarde disse também que as "futuras decisões do BCE irão assegurar que os juros permaneçam em território restritivo", mais um sinal de que cortes nas taxas não devem ocorrer na próxima reunião do BCE, em abril, mas na reunião seguinte, em junho.

"Estamos confiantes no processo desinflacionário, mas não suficientemente confiantes", disse a dirigente,

ecoando as palavras do presidente do Federal Reserve (Fed, banco central americano), Jerome Powell, ditas na véspera. A presidente do BCE, porém, não quis se comprometer com o ritmo e a magnitude dos cortes. "Vamos fazer o que temos que fazer quando tivermos que fazer", disse, destacando que os cortes não foram discutidos na reunião de ontem.

Depois da decisão, o banco suíço UBS mudou sua projeção de início do afrouxamento monetário da zona do euro de abril para junho. Segundo o economista do banco, Reinhard Cluse, embora o BCE tenha reduzido sua previsão de **inflação** para 2024 e 2025 mais do que se esperava, ele destacou que pressões domésticas nos preços permanecem elevadas.

"Estamos confiantes no processo desinflacionário, mas não suficientemente confiantes" Christine Lagarde

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187809?page=1§ion=1>

Capitalização cresce e chega a R\$ 30 bi

Álvaro Campos De São Paulo

Os produtos de capitalização, que ganharam a fama de ser um "investimento" ruim e muitas vezes eram empurrados por gerentes de banco para bater metas, estão em expansão. Após mudanças nos últimos anos, o segmento bateu recorde em 2023, com R\$ 30 bilhões em arrecadação, um crescimento de 5,6%. Para este ano, a projeção é de alta de 13%.

A digitalização de processos, mudanças comportamentais e a nova roupagem dada pelas instituições, que agora vendem a capitalização como instrumento de disciplina financeira, têm trazido novos clientes. Os sorteios, é claro, continuam sendo importante chamariz, pegando carona na popularização das apostas esportivas (as chamadas "bets"), apesar da grande diferença entre os modelos.

A capitalização não é um produto de investimento e, por isso, segundo os bancos que vendem o produto, não dá retorno. Ela é comercializada como uma ferramenta destinada a estimular o hábito de poupar, tendo como incentivo a participação em sorteios. Parte de cada valor pago destina-se aos sorteios e parte à constituição de um capital para resgate, dentro de prazos pré-determinados. Os percentuais para cada objetivo variam de plano para plano.

No modelo tradicional, as regras garantem ao fim do plano 100% do dinheiro acumulado, corrigido pela TR. Há 20% de Imposto de Renda (IR) e, se o cliente tirar antes do prazo, descontos fazem com que ele não chegue a recuperar todo o capital aplicado. Em outras modalidades além da tradicional, nem sempre se resgata inteiramente o aplicado.

Dessa forma, o título de capitalização não garante nem uma correção pela **inflação** e, olhando só pelo viés de educação financeira propagado pelos bancos, é menos vantajoso que outras opções para guardar dinheiro, até mesmo a poupança.

Apesar disso, Carlos Alberto Corrêa, diretor-executivo da Federação Nacional de Capitalização (FenaCap), afirma que os títulos estimulam a reserva futura e se acoplam a diversos tipos de objetivos, produtos, negócios e, ainda, contam com o atrativo do sorteio. "O título de capitalização não é um investimento nem loteria. Justamente por sua capacidade de se adaptar a diversos segmentos, o público dos produtos de capitalização é muito amplo."

No mercado, 73% da arrecadação está nas mãos das companhias ligadas a grandes bancos, com o restante em casas independentes, sendo a mais conhecida a Liderança, dona da Tele Sena. A BrasilCap, do Banco do Brasil, esteve no topo do ranking por muito tempo, mas em 2017 perdeu o posto para o Bradesco e em 2021 quase foi ultrapassada pelo Santander. Em 2022, voltou a crescer mais que os rivais e, no ano passado, retomou a liderança, com fatia de 21,5%.

Em 2018, a Superintendência de Seguros Privado (Susep) aprovou um novo marco legal da capitalização, que aprimorou a regulamentação das modalidades clássicas (tradicional, compra programada, popular e incentivo), criou duas novas (instrumento de garantia e filantropia premiável) e permitiu a realização de sorteios instantâneos ("raspadinha"). No ano passado, foi sancionada a Lei 14.770, que permite usar títulos de capitalização como garantia nas licitações públicas. A FenaCap estima que, com a segurança jurídica que a nova lei traz, a capitalização poderá garantir cerca de R\$ 30 bilhões, por ano, do volume total de contratos de serviços públicos.

Nelson de Souza, que está à frente da BrasilCap, depois de ter comandado DesenvolveSP, Banco do Nordeste e Caixa, diz que entre suas missões ao assumir a companhia, no fim de 2021, estava garantir que ela tivesse um portfólio completo, ou seja, que oferecesse as seis modalidades de capitalização. O executivo também tentou melhorar o uso do balcão do BB, com novas plataformas tecnológicas e treinamento, além de buscar mais parceiros. "Quase 90% do que vendemos é no balcão do BB, mas temos 10% em 'mar aberto' e estamos buscando novos parceiros."

Segundo ele, já foi feito um contrato com as empresas que atuam como correspondentes bancários do BB, o que deve adicionar 36 mil pessoas à força de vendas. Outros 40 acordos estão em negociação.

Jorge Nasser, diretor-presidente da Bradesco Capitalização, afirma que o faturamento da companhia foi de R\$ 6,2 bilhões no ano passado e as perspectivas são positivas para 2024. "A liderança em nosso mercado vem alternando constantemente. Mas a liderança não é alvo e sim consequência de um trabalho e estratégias consistentes ao longo do tempo. Neste ano, a estratégia é atuarmos em outras modalidades, bem como a ampliação do portfólio de parcerias", diz.

A comercialização, segundo ele, está equilibrada entre agências e canais digitais, considerando as vendas para pessoa física. "Nossa estratégia, visando o comportamento cada vez mais digital da população, é aumentar a atuação pelas plataformas digitais." No Santander, Izabella Belisário, responsável pela área de consórcio e capitalização, diz que o banco usa inteligência de dados para saber qual produto ofertar, para qual cliente e em qual momento. "A gente vê esse mercado de loterias, sorteios, crescendo muito e, com inteligência de dados, conseguimos ver quais clientes gostam de apostar e oferecemos a capitalização", afirma. "Temos clientes de todos os tipos, inclusive de alta renda, que têm um dinheiro sobrando no bolso e gostam de apostar", diz Vivian Freire, chefe da área de produtos e capitalização.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/editions#/edition/187809?page=1§ion=1>

Moeda digital já vale toda a prata do mundo

Rodrigo Péret

A moeda digital mais famosa, o Bitcoin, segue atingindo novos patamares, com sua capitalização de mercado chegando a US\$ 1,35 trilhão (R\$ 6,6 trilhões), praticamente o valor de toda a prata negociada no planeta.

O bitcoin atingiu US\$ 69.045 (R\$ 340.743) na terça-feira, um aumento de mais de 3% em relação ao dia anterior, quebrando o recorde de US\$ 68.990 (R\$ 340.472) estabelecido em novembro de 2021, de acordo com a empresa de pesquisas CoinDesk.

Os preços caíram depois disso devido à realização de lucros, antes de se recuperarem um pouco novamente, oscilando em torno de US\$ 66 mil (R\$ 325.716) na quarta-feira em Nova Iorque.

O consultor financeiro Leonardo Rodan explica que o aumento foi impulsionado por vários fatores, como a aprovação de fundos negociados em bolsa (ETFs) de bitcoin, que facilitou o acesso ao investimento para uma gama mais ampla de investidores, incluindo institucionais, o que aumentou a demanda pela criptomoeda.

"Além disso, políticas regulatórias mais claras, como a distinção entre criptomoedas e títulos por parte da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC), aumentaram a confiança no mercado. Outro fator foi o reconhecimento crescente do bitcoin como uma reserva de valor, especialmente em meio à incerteza econômica global".

Além disso, segundo o CEO da Elleven Capital, Eduardo Bento, o fato de o bitcoin possuir uma quantidade limite de 21 milhões ao máximo (ou seja, há uma escassez desse ativo) fez com que muitos apostassem nele como alternativa a moedas que sofrem pela **inflação**, por exemplo.

Embora a valorização da moeda digital estimule os investimentos, é preciso ter precaução, principal mente para aqueles que são novatos no mercado dos criptoativos.

O economista Heldo Siqueira Júnior salienta que o mercado dos ativos de criptomoeda é muito volátil.

"É difícil indicar um momento para investir. O ideal seria ter investido quando houve o início do movimento de alta. Mesmo assim, é difícil saber até quando irá

esse movimento ou mesmo se o mercado permanecerá nesta trajetória", alertou.

IMAGEM criada por Inteligência Artificial ilustra valorização do bitcoin

OS NÚMEROS

R\$ 330 mil

valia na noite de ontem o bitcoin

R\$ 340 mil

ele chegou a valer na terça

SAIBA MAIS

Investimento é volátil e de altíssimo risco

Ouro digital

MOVIMENTOS recentes da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) contribuíram para o aumento dramático do bitcoin. A SEC procurou traçar uma linha firme entre os mais de 20 mil tipos de criptomoedas e títulos tradicionais, processando as bolsas Coinbase Global e Binance por violarem as leis de valores mobiliários em junho de 2023.

AO MESMO TEMPO, o presidente da SEC, Gary Gensler, disse repetidamente que o bitcoin não é um título. A Comissão de Negociação de Futuros de Commodities dos Estados

Unidos já trata o bitcoin como uma mercadoria semelhante ao ouro.

NA AVALIAÇÃO do ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Lawrence Summers, em maio de 2021, as criptomoedas oferecem uma alternativa para aqueles que buscam ativos "separados e distantes do funcionamento diário dos governos" e que a criptografia veio para ficar, e provavelmente veio para permanecer como uma espécie de ouro digital.

Cautela

O MERCADO de criptomoedas tende a ser volátil pois são ativos sem contrapartida no mundo real. Assim,

sempre estão sujeitas a grandes variações positivas ou negativas.

MESMO ASSIM o ideal é sempre investir. nesse ou em outros ativos, com a ajuda de um especialista que avalie a intenção do investidor.

SEGUNDO o economista Ricardo Paixão, a moeda digital sofre fortes oscilações, ou seja. ao mesmo tempo em que se tem ganho significativo. pode-se ter grande perda.

ELE RECOMENDA muita cautela, que as pessoas busquem especialistas para investir e que nunca coloquem 100% da sua poupança nesse tipo de aplicação, até porque é uma aplicação de alto risco.